



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O impacto do 25 de abril de 1974 na salvaguarda do Património Cultural: o caso de estudo do Convento de Cristo

Ana Filipa de Vasconcelos Narciso

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

O impacto do 25 de abril de 1974 na salvaguarda do Património Cultural: o caso de estudo do Convento de Cristo

Ana Filipa de Vasconcelos Narciso

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024

Agradecimentos

A conclusão desta dissertação marca o fim de um percurso académico, e não podia terminá-lo sem agradecer às pessoas que me acompanharam durante o mesmo.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora a Professora Sofia Costa Macedo, que sem a sua ajuda preciosa não teria conseguido finalizar esta dissertação, obrigada por ter acreditado sempre que eu iria conseguir.

Aos professores que me acompanharam tanto durante a licenciatura no ISCTE-IUL como agora no mestrado, obrigada por tudo o que me ensinaram, foram as bases para eu conseguir realizar esta dissertação.

À Elisabete Gameiro, o meu sincero obrigada por me permitir fazer-lhe questões sobre o Convento de Cristo, as suas respostas foram importantíssimas para confirmar aspetos da minha pesquisa.

Ao meu grupo de amigos, por terem dado sempre uma palavra amiga de coragem, mesmo quando eu achava que o melhor seria desistir, e obrigada por me estarem constantemente a perguntar como estava a correr, foram uns autênticos *reminders* de que tinha de pôr as mãos à obra.

Aos meus pais e irmã, por nunca me terem largado a mão e por estarem prontos a ajudar-me sempre que lhes solicitei. E por fim ao meu avô Filipe e às minhas avós Luísa e Clarita, os que sempre me disseram que estavam orgulhosos de mim, mesmo sem perceberem o que eu estava a estudar, obrigada pelo apoio incondicional.

Resumo

Durante o período do Estado Novo o património foi visto como um símbolo, um elemento que louvava períodos que o regime glorificava: a Idade Média e a construção do país, ou o período da expansão marítima e, por isso, o governo investia, com ações de restauro profunda, nos monumentos que representavam simbolicamente esse passado.

Após a revolução de 25 de abril de 1974, inicia-se o desenho de um novo modelo para a cultura em geral e para o património cultural em específico. Nos primeiros anos após a revolução de 1974, consolidava-se a democracia, com sucessivas alterações dos executivos governamentais. Esta instabilidade também se verificou na cultura, como é visível na sucessão de decretos-lei publicados durante o período que nos propusemos a estudar (1974-1983). Esta instabilidade não beneficiou o património cultural. Apesar de muitos monumentos estarem restaurados, a constatação da disseminação das competências na matéria do património, e a indefinição relativa às tutelas, condicionou uma intervenção mais continuada e os problemas de proteção e valorização do património colocam-se de forma mais presente, por diferentes agentes, como os cidadãos.

O Convento de Cristo era um dos monumentos onde esta situação se verificava. Ao analisar jornais locais, no período entre 1974-1983, percebe-se que o mesmo se encontrava num estado de conservação preocupantes, e que os únicos interessados em manter a sua salvaguarda e conservação nos primeiros anos pós-revolução eram cidadãos, que se juntavam e acabaram por criar associações como o Centro de Estudos e Proteção do Património da Região de Tomar (CEPPRT). A indiferença e desconhecimento do governo sobre o estado do Convento de Cristo mantém-se até cerca de 1982 ano que é lançada a sua candidatura para a Lista de Património da Humanidade.

Palavras-chave: Património Cultural, 25 de abril de 1974, Conservação, Convento de Cristo.

Abstract

During the *Estado Novo* period, heritage was seen as a symbol, an element that praised periods that the regime glorified: the Middle Ages and the construction of the country, or the period of maritime expansion and, therefore, the government invested in strong restoration actions, in the monuments that symbolically represented that past.

After the revolution of April 25, 1974, the design of a new model for culture in general and for cultural heritage in particular began. In the first years after the 1974 revolution, democracy was consolidated, with successive changes in government executives. This instability was also verified in culture, as is visible in the succession of decree-laws published during the period we proposed to study (1974-1983). This instability has not benefited cultural heritage. Although many monuments have been restored, the realization of the dissemination of competences in the field of heritage, and the lack of definition regarding guardianships, has conditioned a more continuous intervention and the problems of protection and enhancement of heritage are more present, by different agents, such as citizens.

The Convent of Christ was one of the monuments where this situation occurred. By analyzing local newspapers, in the period between 1974-1983, it is clear that it was in a worrying state of conservation, and that the only ones interested in maintaining its safeguarding and conservation in the first years after the revolution were citizens, who got together and ended up creating associations such as the Center for Studies and Protection of the Heritage of the Region of Tomar (CEPPRT). The government's indifference and ignorance about the state of the Convent of Christ remained until about 1982, the year that its candidacy for the World Heritage List was launched.

Keywords: Cultural Heritage, 25th April 1974, Conservation, Convent of Christ.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract	v
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	2
1.1. Estado da Arte.....	2
1.2. Metodologia.....	6
CAPÍTULO 2	9
2.1. Contexto histórico das políticas do património em Portugal.....	9
2.2. Políticas públicas de salvaguarda do património.....	9
2.2.1. Antes do 25 de Abril	9
2.2.2. Pós 25 de Abril de 1974.....	14
CAPÍTULO 3	19
3.1. Contexto histórico da salvaguarda do Convento de Cristo.....	19
3.2. O fim das ordens religiosas.....	19
3.3. A União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo	21
3.4. O Seminário das Missões Ultramarinas.....	23
3.5. As renovações no Convento de Cristo durante o Estado Novo (anos 1940).....	26
3.6. A comunidade de Tomar e o conhecimento sobre o Convento de Cristo	28
CAPÍTULO 4	31
4.1. A salvaguarda do Convento de Cristo após o 25 de abril de 1974.....	31
4.2. Estratégias e Plano de Intervenção	33
4.2.1. Conservação e Restauro	35
4.2.2. Turismo	37
4.2.3. Outras intervenções.....	40
4.3. Agentes no Convento.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
FONTES	47
Legislação	47
Imprensa	49
Fontes impressas	50
Fontes Orais	51

BIBLIOGRAFIA	52
ANEXOS	I
Anexo A.....	I
Anexo B.....	VI

INTRODUÇÃO

A dissertação que agora se apresenta pretende estudar o impacto da revolução do 25 de abril de 1974 na salvaguarda do património cultural em Portugal, a partir do caso de estudo do Convento de Cristo, Tomar e as estratégias de salvaguarda que aqui foram implementadas após a revolução de 1974 até 1983, ano da inserção deste monumento nas listas do património mundial.

O surgimento deste tema decorre da identificação de que existiram alterações feitas em relação às estratégias de salvaguarda do património em Portugal após a Revolução dos Cravos, e do interesse em estudar este período específico no Convento de Cristo, localizado na cidade de Tomar, cidade onde eu nasci e cresci, e para o qual se reconhece uma falta de informação relativa a essa fase da história contemporânea de Portugal.

Os objetivos principais desta dissertação são a investigação de como a revolução do 25 de abril foi a causadora da mudança da salvaguarda do património em Portugal e que alterações nas políticas públicas do património cultural decorreram do pós-revolução, e de como essas mesmas políticas impactaram na salvaguarda do Convento de Cristo. O período que está em análise nesta dissertação decorre após a revolução de 1974 e termina em 1993, época em que a utilização do convento conhece uma grande alteração. Após o seu parcial abandono, o Convento de Cristo foi ocupado por três instituições distintas: o Hospital Militar nº 3 situado nos espaços onde era a antiga enfermaria, e extinto em 1993 (Barbosa, 2009); o turismo no Convento que era proporcionado pela administração do Instituto Português do Património Cultural (IPPC); e o culto religioso que era assegurado pelos sacerdotes ligados com a Sociedade das Missões.

A dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta o Estado da Arte onde explano as definições importantes que orientaram esta dissertação, e ainda a metodologia utilizada. No segundo capítulo abordo todo o contexto histórico das políticas existentes em Portugal em relação ao património, sobretudo depois da revolução do 25 de abril de 1974. No terceiro capítulo entro diretamente no tema do Convento de Cristo, dando o contexto histórico do mesmo na época da revolução, o seu estado, quem o geria e ainda os conhecimentos da comunidade da cidade de Tomar sobre o mesmo. No capítulo quatro caracterizo os modelos para a salvaguarda do Convento de Cristo após o 25 de abril de 1974 até 1993. Finalmente, no capítulo 5, apresento as conclusões da dissertação, retiradas após o processo de investigação e análise de dados.

A dissertação termina com a conclusão e a apresentação da bibliografia utilizada para a construção deste trabalho.

CAPÍTULO 1

1.1. Estado da Arte

Para início desta dissertação é importante perceber a história e a criação do Convento de Cristo, uma vez que este monumento é o objeto principal desta pesquisa.

A estrutura conventual, que conhecemos hoje como Convento de Cristo, tem a sua génese no Castelo de Tomar, construído em 1160 pelos Templários após os mesmos terem fundado a localidade de Tomar (Barbosa, 2009, p. 180). No século XV, já com os Templários extintos, a Ordem dos Cavaleiros de Cristo é quem ocupa o Castelo que já era considerado como o antigo Castelo Templário; no século XVI no reinado de D. João III, é elaborada a reforma da Ordem dos Cavaleiros de Cristo, que implicava a construção de um convento à volta da antiga igreja templária, e que ficaria conhecido como Convento de Cristo (Barbosa, 2009, p. 180-181). No século XIX, um ano depois de as ordens religiosas terem sido extintas (1834)¹, é decretada a venda em hasta pública dos bens das ordens que tinham sido nacionalizados no ano anterior², e aqui sabemos o que aconteceu aos conventos, como o Convento de Cristo (Barbosa, 2009, p. 179), sendo vendidos a parte sudoeste do convento renascentista, a parte à volta do Claustro dos Corvos, o recinto do Castelo Templário e uma extensão florestal e agrícola de 45 hectares. Quem acaba por adquirir estes bens é António Bernardo da Costa Cabral que os vai utilizar como sua residência e dos seus descendentes que aí iriam permanecer durante o século seguinte, acabando por receber o título de Condes de Tomar (Barbosa, 2009, p. 182). Em 1918 surge uma associação específica para proteger o Convento de Cristo e o Castelo de Tomar, sendo esta a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo (UAMOC), que a partir de cerca de 1968 começa a ficar adormecida, uma vez que, os seus membros mais antigos começam a desaparecer (Barbosa, 2009, p. 184).

A bibliografia disponível sobre o Convento de Cristo é muito extensa. A simbologia associada ao local, a história da própria Ordem do Templo, a riqueza arquitectónica e artística têm sido amplamente tratados e abordados por autores diversos desde a segunda metade do

¹ O Decreto de 30 de maio de 1834, da autoria de Joaquim António de Aguiar, determinou a imediata extinção de todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares, e a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional.

² O processo de extinção e nacionalização dos bens das Ordens religiosas decorreu pelo ano de 1834 através de vários documentos legais (Rodrigues, 2017), culminando em setembro de 1834 com um projeto lei apresentado á Câmara dos Deputados por José da Silva Carvalho, sobre a venda dos Bens Nacionais (Rodrigues, 2017).

século XIX³, e com grande expressividade a partir de 1900 (Guimarães, 1905). Entre os anos de 1930 e 1960 dá-se destaque e projeta-se turisticamente o Convento de Cristo, muito por ação da Comissão de Iniciativa de Turismo de Tomar⁴ com várias edições com imagens do monumento. Os trabalhos da UAMOC foram, durante algum tempo, os principais elementos a partir dos quais se obtém informação sobre as obras que decorreram no Convento (Silva, 1958; Sousa, 1943-1951).

A produção de bibliografia científica e de teor académico é mais expressiva a partir da década de 1980, focando os temas da Arte e Arquitetura (Coelho, 1987; Jana, 1990; Graça, 1991; Barbosa, 1993). A relevância da matéria da evolução histórica, arquitectónica e estilística do conjunto do Convento de Cristo mantêm-se com a publicação e execução de trabalhos académicos sobre estas matérias, como os trabalhos de Paulo Pereira (1990, 2001, 2003), Pedro Dias (2002, 2009) ou Miguel Soromenho (2009). Os temas da conservação no Convento de Cristo são também abordados na bibliografia científica e académica, com destaque para a Charola (A.A.V.V., 2000; Redol, Seruya & Pereira, 2004; Flor, 2009; Delgado, 2010; Dias & Frazão, 2014; Frazão & Afonso, 2016), mas também o conjunto da cerca do convento (Barbosa, 1995) e o aqueduto (Antunes, 2009). Analisando de uma forma mais geral as intervenções feitas no conjunto do Convento de Cristo, em concreto no período do século XIX e XX, temos os trabalhos de Isabel Mendonça (2004) e ainda João Ricardo Silva (2014).

Na segunda metade do século XIX e no início do século XX observa-se, em Portugal, um significativo desenvolvimento no que toca ao campo da conservação do património e na definição do que se considerava como monumentos históricos/nacionais, assim como um significativo aumento das áreas protegidas associadas a esses monumentos. A nacionalização dos bens das Ordens Religiosas em 1834, foi acompanhado por atos de vandalismo que chamaram a atenção dos intelectuais portugueses da época, estando entre eles Alexandre Herculano e Almeida Garret, que manifestam publicamente a sua preocupação com a salvaguarda do património. Herculano para defender o movimento ou instigar o movimento social de salvaguarda do património, recorreu à revista *O Panorama* em que denunciava os atentados que sofriam os monumentos e as obras de arte (Barbosa, 2009, p. 178).

Já no período da Iª República, o património foi dotado de meios que levou a que fossem feitas mudanças dos serviços artísticos e monumentos nacionais. No entanto, no que toca à parte

³ Barreto, A. (1850). Janella da igreja do Convento de Christo em Thomar, do lado do claustro de S.ta Barbara [litografia]. João Pedroso, litógrafo.

⁴ *Visitai Tomar*, um conjunto de imagens incluindo o Convento de Cristo, uma edição em três línguas publicada pela Comissão de iniciativa de Turismo em 1940.

de conservação e restauro dos monumentos ficou sempre dependente de uma reforma na lei que iria modificar o orçamento do Ministério do Fomento, reforma essa que foi sendo constantemente adiada, porém uma das decisões mais importantes do Parlamento foi feita durante esta altura que foi a criação do Panteão Nacional (Custódio, 2008a, p. 702).

Para entender a evolução das políticas públicas do património cultural em Portugal, refere-se o artigo de Augusto Santos Silva “A democracia face ao património cultural” (2014) que permite compreender de que forma a democracia, a cultura e o património cultural se encontram ligados e se relacionam entre si em Portugal. Tomando como referência o período do Estado Novo, é possível ver aquilo que o regime considerava como sendo património português, como algo que pudesse empoderar António de Oliveira Salazar e o Salazarismo, mantendo-se o conceito de património enquanto elemento que prolongava a “pressão conservadora de monarquia, fidalguia, clero” (Silva, 2014, p. 12). O Estado Novo enaltecia os períodos medievais e dos descobrimentos portugueses numa tentativa de colocar Salazar no mesmo nível dos construtores nacionais, quer os reis fundacionais, quer o Infante D. Henrique, e ao tentarem impor esta visão, censuravam tudo aquilo que se contrapunha, ditando assim aquilo que era ensinado tanto na catequese como no ensino, a partir daqui é possível denotar que a cultura não era algo que se pudesse consumir livremente, visto que todo o cânone literário e artístico em Portugal era submetido a uma rígida censura por parte do regime (Silva, 2014).

Santos Silva mostra-nos como o património era um dos maiores tópicos da política cultural do Estado Novo e a Oposição, assim como argumenta que a Revolução do 25 de abril não ter sido uma rutura sistémica com a questão patrimonial. No entanto, como o período do Estado Novo foi um período de isolamento em relação ao resto da Europa, com a consolidação da democracia parlamentar em 1976, Portugal começou a querer se integrar mais na Europa, devido especialmente à modernização e desenvolvimento que essa mesma integração prometia (Silva, 2014, p. 15, 19).

Através do artigo da “História da Comissão Nacional Portuguesa” (2007) de Miguel Brito Correia, é possível verificar que Portugal se queria manter afastado das organizações internacionais no período anterior à revolução de 25 de abril de 1974, sendo que o artigo refere em detalhe o caso da adesão ao Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), que desde a sua criação em 1964, contactou logo a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)⁵, designada como membro do Conselho Consultivo Provisório do ICOMOS, para esta mesma iniciar a criação da Comissão Nacional Portuguesa (Correia, 2007).

⁵ Desde 1929, era o organismo que tinha a responsabilidade sobre a intervenção no património cultural.

No entanto, a criação desta Comissão Nacional Portuguesa estava sujeita à aprovação do Governo, não só por tal ser imprescindível (de acordo com a opinião da DGEMN), mas também porque era necessário financiamento por parte do governo, algo que não foi concedido durante o regime do Estado Novo, mostrando assim, que o Governo em Portugal queria se manter afastado de todas as organizações internacionais, algo que só inicia após a revolução de 1974 (Correia, 2007). Apesar de durante o Estado Novo Portugal ter aderido à NATO (North Atlantic Treaty Organization), como sendo um dos membros fundadores, e à ONU (Organização das Nações Unidas) em 1955, o país voltou a isolar-se entre 1961 e 1974, uma vez que, os outros membros das organizações internacionais não apoiavam a posição de Portugal na questão colonial (Teixeira, 2015).

A criação da Comissão Organizadora da Comissão Nacional Portuguesa foi adiada até 1977, uma vez que se queria criar primeiro um único órgão com competências na área do património, estando nesta época em estudo o Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, a quem competiria a coordenação da criação da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS. Esta comissão era considerada como sendo algo importante para o país sendo que iria permitir que o património em Portugal desse um passo para uma internacionalização e permitisse a entrada de bens culturais portugueses nas listas do Património Mundial da UNESCO que havia sido convencionada em 1972, na Assembleia Geral da UNESCO em Paris. Sendo o ICOMOS o órgão consultivo da UNESCO, teria uma posição a defender em relação ao património cultural em Portugal, algo que se veio a materializar em 1983, ano em que os primeiros quatro monumentos e conjuntos portugueses foram classificados como Património da Humanidade, sendo um deles o Convento de Cristo (Correia, 2007).

Ao longo dos tempos os locais ou bens que foram considerados ‘património’, foram ocupados de diversas formas e foram atribuídas diversas funções conforme as necessidades da população, algo que irá ser explorado ao longo da dissertação no caso específico do Convento de Cristo. Deolinda Folgado aborda este tema, no seu artigo “O Património e os dois “II” – Integrar ou Ignorar. A propósito de *A Política do Património* de Marc Guillaume” (2005) em que a mesma refere que foram encontradas funções quer para aqueles que são bens móveis como para os que são bens imóveis, sendo que nos primeiros passa por serem encontradas soluções de carácter expositivo e museal e nos segundos como têm uma natureza monumental foi concedida a mudança do seu estatuto para Monumento, e refere que no entanto muitos dos bens que foram transformados em Monumentos, não sobreviveram ao passar dos tempos, apenas havendo um registo de que os mesmos existiram, algo que atualmente se evita, e existe

uma maior preocupação em que o Monumento seja restaurado e conservado (Folgado, 2005, p. 53-54).

1.2. Metodologia

Aplicou-se uma metodologia de investigação de base qualitativa. De acordo com o “Manual de Investigação em Ciências Sociais” de Luc Van Campenhoudt, Raymond Quivy e Jacques Marquet (2019), identifiquei sete etapas metodológicas, que os autores da referida obra mencionam para assim realizar a investigação para a dissertação.

A primeira etapa diz respeito à formulação da questão de partida como orientadora dos trabalhos de investigação a realizar. Tal como os autores identificados acima mencionam, a pergunta surgiu a partir de um tema que já me interessava previamente e do qual também já possuía algum conhecimento. A segunda etapa passou pela exploração sobre a viabilidade da investigação. Esta etapa envolveu procurar informação sobre o tema em estudo, identificando os principais autores e as questões que me pareceram mais pertinentes de abordar; como principais instrumentos recorri a bibliografia publicada, tais como artigos, livros e dissertações académicas. A consulta a fontes publicadas passou também pelo acesso aos acervos da Biblioteca Municipal de Tomar, para consultar outros jornais – imprensa periódica – referente ao período em estudo, e que não se encontravam disponíveis digitalmente. O acesso aos arquivos do antigo devido à dificuldade existente de aceder aos arquivos do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) revelou-se de extrema dificuldade e a demora no seu acesso não se adequava com o tempo disponível para realizar este trabalho. Desta forma, não se procedeu à consulta dos mesmos, mas procurou-se informação através da consulta de jornais locais.

Para além de fontes publicadas, também recorri a fontes existentes na esfera digital, quer de teor académico (por exemplo com a utilização do repositório do Iscte-IUL para pesquisa de informação que pudesse auxiliar nesta investigação), mas também foram consultados acervos digitais, como o site *Memória Digital de Thomar*, que me permitiu o acesso a imprensa antiga de Tomar. Em termos de fontes também dei especial atenção às fontes legislativas, que utilização do portal do Diário da República eletrónico.

Nesta etapa metodológica procurei também definir melhor os instrumentos metodológicos a utilizar, sobretudo ajudou a perceber se iria ser necessário realizar trabalho de campo específico, como a realização de alguma entrevista que pudesse completar as informações que eu já possuía. Desta etapa metodológica resultou a definição do período cronológico em estudo, sendo que 1974 marca o início de um novo modelo para o património cultural e 1983 marca o

início de uma nova fase, neste caso para o convento de Cristo, com a candidatura para as listas do património mundial e que acompanhou algum dos momentos mais relevantes do novo modelo de administração do património após a revolução.

Após a identificação da bibliografia e fontes e verificada a viabilidade de trabalhar este tema, seguiu-se uma terceira etapa, onde procurei definir com mais clareza o problema em análise, assim como o objeto de investigação após terem sido efetuadas as leituras da segunda etapa.

A etapa quatro foi a construção do modelo de análise que consistiu em perceber o tipo de informações e conceitos eu poderia retirar de cada um dos artigos, livros, dissertações e fontes recolhi nas etapas anteriores, tendo sido elaborada uma matriz de análise para as fontes vindas da imprensa local, no período em estudo (Anexo A).

Após esta etapa defini uma outra em que procedi a um trabalho de terreno, com a procura de validação e complementaridade de informações através de entrevistas realizadas. A partir da bibliografia consultada e das fontes que haviam sido analisadas, foi identificado um participante direto em uma das ações estudadas. Deste modo foi realizada uma entrevista a Elisabete Gameiro, 57 anos, residente em Tomar, natural de Castanheira de Pêra, utilizando um guião de entrevista semiestruturado (Anexo B).

Na etapa seis, todos os dados recolhidos foram analisados e procurei cruzar algumas informações, sendo que o principal objetivo foi responder à pergunta de partida, em que construí a ponte entre as informações e as fontes, e por fim a sétima etapa que consiste nas conclusões.

CAPÍTULO 2

2.1. Contexto histórico das políticas do património em Portugal

Considera-se que o Alvará de 1721⁶, representa uma primeira forma de legislação portuguesa com o objetivo de salvaguardar o património cultural (Correia, 2019, p. 37).

Durante o século XIX foi-se criando uma consciência na população em relação ao património, o que fez tal consciência ser despoletada foram vários acontecimentos que contribuíram para “(...) o desenvolvimento da consciência histórica moderna, o apogeu da ideia nacional, os efeitos da industrialização e as transformações resultantes dos princípios mercantis aos bens culturais (...)” (Pedreirinho, 2011, p. 26) todos estes desenvolvimentos estão assentes nos valores de uma consciência mais liberal da nova sociedade contemporânea que estava a surgir (Pedreirinho, 2011).

Contudo, será preciso esperar pelo final do século XIX para a existência de documentos legais que considerassem a matéria patrimonial em Portugal, desde a sua definição até à sua proteção. O primeiro monumento ao qual foi atribuída a categoria de Monumento Nacional foi o Castelo de Elvas em 1906, através do Decreto nº 228, de 09 de outubro de 1906, promulgado pelo Ministro das Obras Públicas da época (Correia, 2019).

Durante anos existiu uma constante mudança das entidades administrativa e executiva que estavam encarregues do património, isto reflete a forma como os conceitos de património, monumentos e locais a preservar foram evoluindo, assim como a forma que a sociedade os encarava. No entanto, durante o século XX, as políticas públicas ligadas ao património começaram a ser mais, e a ser constantemente alteradas conforme as necessidades (Correia, 2019). Interessa-nos, nesta dissertação explorar a matéria das políticas públicas do património cultural em Portugal, no período que antecede a revolução de 1974 e depois desse momento.

2.2. Políticas públicas de salvaguarda do património

2.2.1. Antes do 25 de Abril

Neste subcapítulo irei falar das políticas públicas elaboradas em relação ao património em Portugal durante o período do Estado Novo até ao 25 de abril de 1974, mas apenas referindo aquelas que são mais importantes para o tema desta dissertação.

⁶ O Alvará atribui à Academia Real de História Portuguesa a função de conhecer e proteger as antiguidades e monumentos de Portugal e proibir assim a sua destruição.

A 28 de maio de 1926 dá-se um golpe de Estado que leva à queda da I República e é instaurada a Ditadura Militar. Mais tarde, a 11 de abril de 1933, entra em vigor a Constituição Política da República Portuguesa, sendo este o documento fundador do Estado Novo. Em 1961 desencadeia-se a Guerra Colonial, momento marcante e decisivo para os últimos anos do Estado Novo, sendo o arrastar desta guerra a causa maior da sua queda (Silva, 2014, p. 19). Salazar resiste à pressão descolonizadora, incentivada principalmente pelos países que pertenciam à NATO e à ONU, até ao dia que o mesmo se tem de afastar das suas funções em 1968 devido a questões de saúde, sendo substituído por Marcello Caetano, que dá continuação ao trabalho de Salazar até à queda do Estado Novo em 1974 (Pinto, 2015).

Durante a década de 1960, o Estado Novo via a vida cultural portuguesa como algo que apenas poderia servir para expandir os “valores portugueses” (Deus, Pátria e Família). De resto a ação no campo cultural foi caracterizada por uma forte ausência de liberdade “(...) foi essencialmente uma história de protestos e de proibições; de exigências e de intransigências; de transgressões e de repressões, radicalizadas pela Guerra Colonial.” (Pinto, 2015, p. 20).

No domínio do património cultural, durante a década de 1920 e até ao início da década de 1930 a salvaguarda do património cultural esteve ainda à procura da sua organização. Após o golpe militar de 28 de maio de 1926, que dá início ao Estado Novo, o regime deparou-se com um estado de abandono e degradação de muitos monumentos, que serviu como um argumento para a incompetência do regime anterior (Neto, 2001, p. 13). O próprio António de Oliveira Salazar dá como exemplo, num dos seus discursos, a Biblioteca e Arquivo de Braga, que tinha sido incendiada 70 anos antes e que nenhum dos regimes ou governos anteriores ao Estado Novo a tinham restaurado, uma vez que ainda se encontrava em destroços (Neto, 2010, p. 157). Nesta linha de argumentação, os primeiros anos do novo regime foram caracterizados pela palavra *Restauração*, uma vez que se achava que a mesma que se devia estender a todos os setores da vida dos portugueses; o restauro dos monumentos era algo que podia ser visto quase instantaneamente e transmitia a mensagem de que o regime conseguia manter um equilíbrio entre a tradição da nação e o progresso e desenvolvimento permitido por uma ambiciosa campanha de obras públicas (Neto, 2001, p. 13). Assim, a primeira medida de políticas públicas a ser mencionada é a promulgação do Decreto nº 16.791 de 30 de abril de 1929, pelo qual é criada a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), incorporada no Ministério do Comércio e Comunicações⁷, que será mais tarde transferida para as Obras Públicas. A criação da DGEMN pretendia responder a uma situação em que os serviços de

⁷ Decreto n.º 16.791, de 30 de abril. *Diário do Govêrno*, n.º 97/1929, 1055-1057.

obras dos edifícios nacionais estavam totalmente dispersos, e desta forma permitia-se reunir todos os serviços de obras de edifícios e monumentos nacionais num só organismo.

Durante a vigência do Estado Novo, as entidades responsáveis pela proteção do património arquitetónico e arqueológico foram de duas dimensões: uma no domínio da tutela educativa (Junta Nacional de Educação - JNE), outra na tutela das Obras Públicas, o mais estudado e conhecido a DGEMN, e ainda sob tutela das Finanças (Direcção-Geral da Fazenda Pública (DGFP) (Pedreirinho, 2011). O Estado Novo, tinha um interesse ideológico em cuidar, restaurar e conservar os monumentos, especialmente aqueles que eram considerados como um símbolo de momentos gloriosos da nação; desta forma a DGEMN tem como um dos principais objetivos da sua atividade tornar o património arquitetónico nacional na “imagem de perfeita compatibilidade entre passado e tradição histórica e modernidade e progresso” (Neto, 2010, p. 160), tornando estes como símbolos que afirmavam os valores ideológicos do regime e apenas seriam alvos de intervenções aqueles que correspondessem aos critérios que os tornaria em símbolos da Nação, através da análise do seu passado histórico. A criação da DGEMN, com funções muito executivas no património cultural- sobretudo o monumental – foi uma importante medida de política pública no período do Estado Novo e a década de 1940 foi a década que mais intervenções foram realizadas devido às comemorações do centenário do nascimento de Portugal (Almeida, 2012, pp. 33-37).

A segunda medida de política pública importante de referir é a decorrente da promulgação do Decreto nº 20.985, de 7 de março de 1932⁸. Este decreto fala especificamente da repartição do Ensino Superior e das Belas Artes, mas a parte importante a ser referida é o ponto em que reorganiza os serviços de Belas Artes, que até então estavam organizados pela lei nº 1.700 de 18 de dezembro de 1924. O texto do decreto realça o bom trabalho feito em alguns museus do país, o bom trabalho no restauro e reintegração dos monumentos (aqui com a ajuda da DGEMN), no entanto percebia-se a dificuldade que era ter estes trabalhos a serem organizados por três entidades distintas. Desta forma, o Ministério da Instrução Pública, mais precisamente a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, ficaria encarregue de coordenar os trabalhos de carácter artístico dos serviços públicos, da guarda e conservação do património artístico e arqueológico e ainda de organizar o inventário de móveis ou imóveis que tivessem valor artístico, histórico, arqueológico ou numismático. Para ajudar neste processo de inventariação foram organizadas comissões municipais nos concelhos onde havia Monumentos Nacionais, que tinham também como função organizar grupos de amigos dos monumentos ou

⁸ *Diário do Govêrno*, n.º 56/1932, 431-436.

museus para que estes ajudassem em questões de conservação ou restauro. É ainda definido neste decreto a que tipo de imóveis é concedido o título de “monumento nacional”, sendo esses todos os imóveis em que a sua conservação e defesa seja de interesse nacional, por terem um valor artístico, histórico ou arqueológico; adicionalmente os terrenos e edifícios do Estado que fossem próximos daqueles classificados como “monumentos nacionais”, não poderiam ser vendidos, modificados, ou construídos, sem que o Conselho Superior de Belas Artes dessa autorização para tal.

Em 1936, é criado o Ministério da Educação Nacional (MNE), em substituição do Ministério da Instrução Pública. No âmbito deste novo organismo é instituída a Junta Nacional da Educação (JNE)⁹, para atuar no âmbito da formação do carácter, ensino e cultura. A JNE era criada com sete secções, entre elas a secção de Belas Artes. Com a criação do MNE e da JNE eram extintos o Conselho Superior de Instrução Pública, o Conselho Superior das Belas Artes, a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, a Comissão do Cinema Educativo e a Junta de Educação Nacional. A JNE trona-se assim o órgão centralizador da política patrimonial, reduzindo o meio de atuação da DGEMN no que toca a apresentação de propostas de intervenção e também no acompanhamento das obras sendo que a JNE é que passou a nomear os delegados que iam fazer esse acompanhamento (Gregório, 2021, p. 39).

No ano de 1949 é atribuída às Câmaras Municipais a competência de promover a classificação de monumentos nacionais ou de imóveis ou móveis de interesse público, no caso das outras entidades com essas competências não o fizerem. As câmaras municipais ainda ficavam com a responsabilidade de auxiliar o Estado na proteção e vigilância dos monumentos nacionais informando o Ministério da Educação Nacional para qualquer risco que pudesse ocorrer à integridade dos mesmos¹⁰.

Por volta desta altura, a vida política de Portugal estava estagnada e a envelhecer, que era paralelo ao envelhecimento do líder do regime. No entanto, nas políticas referentes à museologia podemos ver que foram impostas medidas que iam ao encontro aquilo que diversos diretores e conservadores de museus viam quando viajavam e contactavam com a realidade museológica da Europa na década de 1950¹¹, porém os museus continuaram a ser usados como um forte ponto de propaganda ideológica do regime, ao fazerem diversas exposições temporárias com esse mesmo fim (Lira, 2010, p. 195).

⁹ Lei nº 1:1941. *Diário do Govêrno*, n.º 84/1936, 411-413.

¹⁰ Lei nº 2:032. *Diário do Govêrno*, n.º 125/1949, 411.

¹¹ E que viriam dar origem, em 1965, à Associação Portuguesa de Museologia.

Em 1965, a Junta Nacional da Educação é reorganizada, e passa a estar dividida em oito secções sendo uma delas a secção de Antiguidades e Belas-Artes, que por sua vez se subdividia em cinco subsecções: Arqueologia; Artes Plásticas; Museus e Coleções de Arte; Proteção e Conservação de Monumentos e Obras de Arte; Música e Teatro. Competia, então, a esta secção da JNE definir como se iria realizar a defesa, conservação e enriquecimento do património estético, histórico, arqueológico e paisagístico da nação, pronunciando-se relativamente aos projetos de obras de conservação, reparação, reintegração ou modificação desse mesmo património. Para além destas atribuições, a JNE propunha ainda a classificação dos monumentos ou emitia parecer em relação às propostas de classificação como monumentos nacionais, imóveis de interesse público ou valores concelhios¹².

Em 1971 era criada a Direção-Geral dos Assuntos Culturais (DGAC)¹³, e em 1973 é organizada, determinando-se que as competências confiadas à Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes passassem a ser da competência da Direção-Geral do Ensino Superior e da DGAC que assim passava a desempenhar funções de apoio e coordenação das atividades de natureza cultural, e ainda fomentar, orientar ou apoiar atividades de descoberta, estudo e classificação dos bens móveis e imóveis. Para auxiliar nas tarefas de defesa, conservação e valorização do património cultural, a DGAC apoia a criação e o funcionamento de organismos destinados a esse fim, sendo um deles o Fundo de Fomento Cultural¹⁴, somente destinado ao património cultural que tinha a tarefa de subvencionar as ações de defesa, inventariação, conservação e valorização dos bens culturais (Gregório, 2021, p. 40).

Com o exposto, é possível observar que o Estado Novo tinha grande interesse na questão da conservação do passado, ainda que fosse apenas um determinado passado, uma vez que as verbas gastas com os monumentos tiveram sempre em crescendo desde 1938, com o seu pico em 1940 com cerca de 15.000 contos para um total de 180 intervenções (Neto, 2010). No entanto, paralelo com este interesse pelo restauro de um certo passado, outros motivos justificaram a intervenção financeira nos monumentos, entre eles a receção a individualidades estrangeiras de alta importância (como o que aconteceu com a rainha de Inglaterra, Isabel II em 1957), à semelhança do que aconteceu em outros lugares na Europa pós-Segunda Guerra Mundial ou a sua conversão para fins assistenciais, sociais e sanitários, assim como de turismo e lazer (Neto, 2010).

¹² Decreto nº 46 349. *Diário do Governo*, n.º 114/1965, 711-718.

¹³ Decreto-Lei nº 408/71, de 27 de setembro.

¹⁴ Decreto-Lei nº 582/73. *Diário do Governo*, n.º 258/1973, 2100-2104.

2.2.2. Pós 25 de Abril de 1974

A 25 de abril de 1974 dá-se a Revolução que colocou um fim do Estado Novo. A maneira escolhida pelas unidades militares operacionais para avisarem que as operações de derrube do Estado Novo já tinham sido iniciadas e, mais tarde, anunciar que estava tudo a correr como planeado, foi a transmissão de músicas pela rádio: “E depois do Adeus” de Paulo de Carvalho, transmitida pelas 22h55m do dia 24 de abril, no programa “1-8-0” dos Emissores Associados de Lisboa, e “Grândola, Vila Morena” de Zeca Afonso, transmitida pelas 00h25m do dia 25 de abril, no programa “Limite” da Rádio Renascença, e que se tornou o símbolo musical da Revolução, cantada pela multidão que encheu as ruas de Lisboa nesse mesmo dia (George, 2015).

As mudanças e alterações não se fizeram esperar e nos momentos seguintes à revolução, o país viveu um período de adaptação em todas as áreas, com alguma instabilidade, decorrente da implementação de novos paradigmas de políticas públicas. Assim, irei apresentar algumas dessas medidas de políticas públicas, sendo que apenas irei referir aquelas que foram impostas desde 1974 a 1992, e essas mesmas foram definidas pelo novo Governo no que toca à salvaguarda e restauro do património nacional.

Após o 25 de abril de 1974 a responsabilidade governativa pela proteção do património voltou a ser alterada, especialmente a entidade administrativa. Foca-se, nesta dissertação, o período que decorre até 1993, altura determinante no campo da administração do património no Convento de Cristo. Apesar da DGEMN ter apenas sido desativada em 2007, novas organizações entraram em cena. De 1975 a 1978 a entidade era a Direção-Geral do Património Cultural e voltou a ser de 1979 a 1980; entre 1980 e 1992 era o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), que entre 1988 a 1992 partilhou competências executivas com a DGEMN (Correia, 2019). De referir, que em 1976 era criada a Secretaria de Estado da Cultura, organismo governamental que passou a tutelar o setor da cultura.

Os governos provisórios começaram por criar uma Secretaria de Estado que iria ficar com as responsabilidades da área da cultura, com o nome de Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica (Gregório, 2021, p. 44), que pelo Decreto-Lei nº 409/75 de 2 de agosto¹⁵ passou a ser intitulada de Secretaria de Estado da Cultura (SEC), tendo, desde logo o início, integrado a Direção-Geral do Património Cultural. Este diploma não criou organismos no que que respeita ao Património Cultural. A inexistência de políticas direcionadas para o património cultural era vista como uma lacuna no sistema administrativo, por isso havia

¹⁵ Decreto-Lei nº 409/75. *Diário do Governo*, n.º 177/1975, 1078-1080.

a necessidade de estabelecer objetivos em cada setor para se definir quais eram os investimentos prioritários. No que toca ao património e à cultura, o importante era evitar atribuições e competências duplicadas, sendo que até à altura era este um dos problemas que se enfrentava (Gregório, 2021, p. 45).

No ano de 1977 a JNE é extinta (25 de fevereiro de 1977), e é efetuada a transferência de algumas das suas funções para o Ministério da Educação e Investigação Científica e de outras para a SEC¹⁶. Ainda nesse ano, a 19 de agosto é publicado o Decreto-Lei que estabelece a estrutura orgânica da SEC, especificando que a mesma ficava dependente da Presidência do Conselho de Ministros e que se desvinculava das conotações de propaganda, que no antigo regime tinha utilizado a cultura como meio privilegiado. Como objetivos, a SEC tinha os de definir e orientar a política nacional da cultura e assegurar a conservação e utilização do património cultural, e contava com a Direção-Geral do Património Cultural, a Direção-Geral da Ação Cultural e a Direção-Geral dos Espetáculos para apoiar nesta ação¹⁷.

Em 1978, é percebido que era necessário fazer uma revisão de algumas disposições legais relativamente ao estudo, defesa, conservação e valorização do património artístico, histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico e documental, e por isso é feita a transferência para a Secretaria de Estado da Cultura dessas mesmas disposições, que anteriormente estavam sob a alçada do Ministério da Educação e Investigação Científica¹⁸.

No ano de 1980 a SEC é reestruturada¹⁹. Na base desta reestruturação estava o reconhecimento do crescimento do setor cultural e a constatação da ineficácia de várias reestruturações anteriores, que criavam situações de departamentos com atuações paralelas sem qualquer coordenação que precisavam de serem ultrapassadas. No caso do património cultural, o Instituto Português do Património passa a englobar a Direção-Geral do Património Cultural e o projetado Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, absorvendo ainda algumas atribuições da extinta JNE. São ainda lançadas as bases para a realização de uma política de descentralização cultural, através da criação de delegações regionais. Nesta remodelação da SEC, referem-se o Fundo de Fomento Cultural e o Instituto Português do Património Cultural, sendo que este último definiu como algumas das suas competências: planear e promover a pesquisa, inventariação, classificação, recuperação, conservação,

¹⁶ Decreto-Lei nº 70/77. *Diário da República*, n.º 47/1977, 296-297.

¹⁷ Estes serviços, que estavam integrados no Ministério da Comunicação Social, passaram a integrar a SEC aquando da extinção daquele ministério (Decreto-Lei n.º 240/77. *Diário da República*, n.º 191/1977, 2005-2008).

¹⁸ Decreto-Lei nº 1/78 de 7 de janeiro. *Diário da República*, n.º 6/1978, 19.

¹⁹ Decreto-Lei nº 59/80 de 3 de abril. *Diário da República*, Série I, n.º 79/1980, 638-642.

proteção e salvaguarda dos bens que fazem parte do património cultural de Portugal e ainda apoiar e fomentar a criação e o funcionamento de organizações com o fim de defender e valorizar o património cultural. Nesta remodelação extingue-se a Direção-Geral do Património Cultural.

Ainda em 1980, o Governo vê como sendo algo prioritário, coordenar programas para a defesa dos bens culturais e definir a política cultural, por isso é criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC)²⁰, sob alçada da SEC, tendo como algumas das suas funções a definição de linhas para o enriquecimento, conservação e defesa do património e ainda coordenar a ação das obras de restauro e recuperação do património cultural imóvel em colaboração com a DGEMN. No âmbito do IPPC, os palácios nacionais, os castelos, igrejas e mosteiros (estando incluídos nestes o Mosteiro de Cristo e o Castelo de Tomar), acabam por estar ligados à SEC e ao setor da cultura, e as receitas destes mesmos passam a fazer parte das receitas do IPPC.

Em 1985, surge a primeira Lei do Património Cultural Português²¹ que explica que “O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” (artigo 1º, Lei nº 13/85). Esta mesma lei define que o Estado passa a ser obrigado a salvaguardar e a valorizar o património cultural e que os bens imóveis podem ser classificados como monumentos, conjuntos ou sítios, e como tal possuem todos uma zona especial de proteção. É nesta lei que se afirma a vontade do Estado português de colaborar internacionalmente ao afirmar “(...) colaborará com outros Estados, com organizações internacionais e de outros países, intergovernamentais e não governamentais no domínio da proteção, conservação, valorização, estudo e divulgação do património cultural” (artigo 50º, Lei nº 13/85), assim como surge a implantação de sanções se forem realizados atentados contra o património cultural.

O IPPC tinha como principal missão a salvaguarda e valorização de bens móveis e imóveis em Portugal; no entanto, como tinha diversas atribuições passou a ter de gerir vários locais, como museus, palácios nacionais, bibliotecas públicas, arquivos distritais, entre outros. Como tinha uma gestão sobre um conjunto de equipamentos polifacetados e variados, viu-se a necessidade de que estas instituições tivessem entidades de tutela mais dedicadas e o IPPC é desmembrado, primeiro com a criação do Instituto Português do Livro e da Leitura em 1987,

²⁰ Decreto Regulamentar nº 34/80, de 2 de agosto. *Diário da República*, I série, n.º 177, 1990-2009.

²¹ Lei n.º 13/85, de 6 de julho. *Diário da República*, Iª série, n.º 153, 1865-1874.

depois com o Instituto Português de Arquivos em 1988 e finalmente o Instituto Português dos Museus em 1991, ficando apenas sob a tutela do IPPC a gestão dos palácios e monumentos nacionais. Em 1992 é criado um novo organismo em que a sua principal ocupação era a salvaguarda e valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico português, com o nome de Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR)²², para conseguir concretizar a salvaguarda e valorização a que o IPPAR se proponha, era necessário fomentar um desenvolvimento do conhecimento científico e da salvaguarda do património ao realizar a inventariação e mapeamento dos bens culturais (Mesquita, 2021), locais como o Castelo de Tomar e o Convento de Cristo ficam sob a tutela do IPPAR.

A mudança que observámos após 1974, mostra como foi feita uma reforma não só de todo o sistema político, mas também das políticas públicas culturais, estas alterações foram influenciadas pelo ambiente que se vivia em toda a Europa a nível de património cultural (Mesquita, 2021), sendo uma das influências a criação do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) em 1964, e a mesma desde 1965 tentava que fosse criada uma Comissão Nacional Portuguesa, mas tal não aconteceu até ao ano de 1980, no entanto desde a revolução do 25 de abril de 1974, que o país tinha começado a aderir progressivamente às organizações internacionais (Correia, 2007).

²² Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 1 de junho. *Diário da República*, Série I-A, 1º Suplemento, n.º 126/1992, 28 -38.

CAPÍTULO 3

3.1. Contexto histórico da salvaguarda do Convento de Cristo

A construção do Convento de Cristo remota ao século XVI, quando o rei D. João III executa uma reforma à Ordem de Cristo. Desta forma, o Convento desenvolve-se à volta da igreja templária que já existia anteriormente, iniciando com a construção dos aposentos conventuais. Mais tarde, já na dinastia filipina, são acrescentados uma sacristia, um fontanário e o aqueduto que iria trazer água ao convento. No reinado de D. João IV é construída uma enfermaria e nos fins do século XVIII e inícios do século XIX é acrescentado um segundo andar na ala norte do Claustro da Hospedaria (Barbosa, 2009, pp. 181-182).

Ao longo deste capítulo iremos perceber o que aconteceu ao Convento de Cristo após a extinção das ordens religiosas, especificamente a Ordem de Cristo, uma vez que, era esta que ocupava este Convento, e também iremos perceber como o mesmo foi salvaguardado durante o restante século XIX (após a extinção das ordens) e durante o século XX.

3.2. O fim das ordens religiosas

Nos finais do século XVIII, a “utilidade” dos religiosos e das casas religiosas, como Mosteiros, era posta em causa. A partir da década de 1820 acentuou-se a separação da religião do poder temporal exercido pelo governo português, havendo uma elevada tensão entre os ideais liberais e as instituições religiosas, vistas como não indo ao encontro dos ideais e padrões liberais, tais como a reprovação do celibato feito nas instituições religiosas e a obediência que era vista como um voto religioso. Ao olharmos para os ideais liberais, o celibato vai contra o padrão de “família” e a obediência expressada vai contra o ideal de que cada indivíduo é parte da nação, em vez de ser parte da igreja. Assim entre 1820 e 1823 um dos temas principais de debate entre as facções liberais e as facções absolutistas seriam as ordens religiosas, e que veio a resultar na necessidade de implementar reformas que restringissem a ação do clero e que ao mesmo tempo, trouxesse vantagens económicas para o Estado (Rodrigues, 2017, pp. 63-64).

Foram suprimidas muitas casas religiosas pela Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares durante o resto da década de 1820 (Rodrigues, 2017, p. 80), até que a 28 de maio de 1834 é elaborado um Decreto que determina a extinção das ordens religiosas em todo o território metropolitano e ultramarino. Por este decreto é estabelecido que:

“Artigo segundo. Os bens dos Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaisquer Casas de Religiosos das Ordens Regulares, ficam incorporados nos próprios da Fazenda Nacional. Artigo terceiro. Os Vasos Sagrados, e paramentos, que serviam ao Culto Divino serão postos á disposição dos Ordinarios respectivos para serem distribuídos pelas Igrejas (...) das Dioceses.”²³

O decreto mencionado ainda define no artigo quarto que “A cada um dos Religiosos dos Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, ou quaisquer Casas extinctas será paga (...), para sua sustentação, uma pensão annual (...).”²⁴.

Este decreto que pôs fim às ordens religiosas foi o início da presença de uma consciência social de que existe património cultural espalhado por Portugal, pois o espólio das ordens extintas foi sujeito a atos de vandalismo, motivando intelectuais como Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Ramalho Ortigão a erguer a sua voz contra este abandono; ainda ao longo do século XIX, vão aparecendo associações que tinham como principal função o de estudar e proteger o património de um modo mais científico e pragmático (Barbosa, 2009, pp. 178-179).

Com a extinção das ordens religiosas em 1834 e a nacionalização dos seus bens, o ministro Silva Carvalho decreta a venda dos mesmos em hasta pública, sendo que tinham como objetivo melhorar a situação financeira da coroa portuguesa. No entanto, quem beneficiou mais deste negócio foi a burguesia ligada à classe política dominante, uma vez que acedeu a uma condição equivalente à da antiga nobreza, já que estes políticos não possuíam uma fortuna ou uma grande condição social de origem. Apesar de o objetivo desta medida ser melhorar a condição financeira da coroa, esta mesma não beneficiou tanto com estas vendas como pretendia inicialmente (Barbosa, 2009, p. 179).

Entre os anos de 1834 e 1837 o Convento terá praticamente sido votado ao abandono e vandalismo. Em 1843, os bens imóveis da Ordem de Cristo em Tomar são vendidos e adquiridos por um desses novos burgueses da classe política dominante, sendo ele António Bernardo da Costa Cabral²⁵, que os adquiriu por cinco contos de reis. Entre os bens que Costa Cabral adquiriu estava a parte sul poente do convento, a parte à volta do Claustro dos Corvos, o recinto do castelo templário e uma extensão florestal e agrícola de 45 hectares, a Mata dos Sete Montes. Costa Cabral faz destes a sua residência e a dos seus descendentes. Para além de ali ter habitado com a sua família, zelou por todo o conjunto monumental, atribuindo-se-lhe mesmo a iniciativa de, enquanto Ministro do Reino, ter conseguido a nomeação de um guarda

²³ Decreto de 28 de maio de 1834. *Legislação Régia – 1833-1834*, 70-71.

²⁴ Decreto de 28 de maio de 1834. *Legislação Régia – 1833-1834*, 71.

²⁵ António Bernardo da Costa Cabral torna-se o 1º Conde de Tomar anos após a compra destes bens imóveis, em 1845 (https://www.e-cultura.pt/patrimonio_item/2303).

para o convento, evitando o vandalismo de que este era alvo desde a extinção das ordens religiosas (Mendonça, 2004). O que Costa Cabral não adquiriu do monumento ficou a pertencer à coroa, e o que aconteceu a cada um desses espaços foi que foram transformados ao longo dos anos em serviços para a comunidade. Em 1871, grande parte das dependências do Convento foram ocupadas pelo hospital militar, incluindo-se aqui o claustro da Micha; os edifícios que rodeiam os pátios dos claustros da Hospedaria e da Micha ficam sob a alçada da Guarda Nacional Republicana desde o início do século XX, transformando estes espaços em residências. Ainda nestes claustros outras salas são transformadas em residências para funcionários públicos, civis e militares e no começo do século XX, o Claustro da Micha e dependências anexas foram ocupados pelos Boers que se tinham refugiado nas antigas colónias portuguesas (Costa & Barbosa, 2015). A partir de 1921, o Seminário da Sociedade Portuguesa das Missões Ultramarinas, passou a ocupar essas mesmas salas (Barbosa, 2009, pp. 182-183).

Apesar de as ordens religiosas terem sido extintas em 1834, como já foi referido anteriormente, D. Maria II determina que a Ordem de Cristo deve ser mantida como Ordem Honorífica, algo que se mantém até à atualidade sendo o Presidente da República Portuguesa o seu Grão-Mestre²⁶.

Refletindo as preocupações dos poderes públicos com o património, no princípio do século XX passa a residir no Convento, na Casa dos Fâmulos, um responsável pela conservação do monumento (Custodio, 2008). Em 1907, e depois na lista de 1910²⁷, é considerado Monumento Nacional, sendo-lhe atribuída uma Zona Especial de Proteção em 1946. Entre 1914 e 1918 o Ministério da Guerra irá ocupar praticamente todo o Convento, com exceção da Igreja.

3.3. A União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo

Durante a 1ª Guerra Mundial o Convento de Cristo serviu como espaço de aquartelamento e, no decorrer dessa ocupação, vários estragos foram causados no monumento. Em junho de 1918, começam a surgir protestos através das secretarias dos Ministérios do Fomento, da Instrução Pública e da Guerra contra esses mesmos estragos, assim como as autoridades públicas mostraram indiferença contra estes estragos (Custódio, 2008a, p. 822).

No seguimento de uma tomada de consciência coletiva da relevância dos testemunhos da Ordem de Cristo e das suas condições de salvaguarda, em 1918 nasce a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo (UAMOC), para a defesa do Convento de Cristo e do Castelo

²⁶ Informação retirada do website oficial do Convento de Cristo: http://www.conventocristo.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=194&identificador=ct123_pt

²⁷ Decreto de 16 de junho de 1910. *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

de Tomar, sendo que para os seus membros o Convento de Cristo era um símbolo dos valores culturais e espirituais da nação portuguesa, e também era uma lembrança dos tempos da fundação da nação, desde os Templários até à expansão pelo mundo com os Cavaleiros de Cristo (Barbosa, 2009, p. 184). As principais áreas de atuação foram a conservação e manutenção dos monumentos; a salvaguarda de bens imóveis e móveis; o restauro do património arquitetónico; a reintegração do património deslocado; o restauro dos bens artísticos móveis; a intervenção histórica artística e científica nos monumentos; as intervenções arqueológicas; e a aquisição de património deslocado dos bens nacionais e a sua proteção no Convento de Cristo (Custódio, 2008a, p. 827-828).

No início a direção da UAMOC era composta por oito membros, e cinco deles foram escolhidos pelo Ministério das Finanças, Ministério da Instrução, Comissão dos Monumentos, pelo Município e pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, os outros três foram eleitos pelos primeiros cinco (Custódio, 2008a, p. 823).

No período inicial da UAMOC (1919-1936), são estabelecidas diversas relações institucionais, o que lhes garantiu prestígio junto de entidades, e a sua presença assídua nos espaços do conjunto monumental, ajudava tanto na guarda e vigilância do monumento, como na sua conservação. Ainda são criados dois decretos que ajudam nestas funções, sendo o primeiro de 1919, que conferiu espaços para a instalação do museu e valorização da parte monumental²⁸, e o segundo elaborado em 1923 acabou por substituir o primeiro, e autoriza a instalação do museu na casa do Capítulo, que tinha sido à data adquirida recentemente²⁹ (Custódio, 2008a, p. 826).

A partir de 1927, a UAMOC colabora com a Comissão de Iniciativa e Turismo para que seja feita a promoção e edição de folhetos para a divulgação dos monumentos de Tomar (Custódio, 2008a, p. 826).

Durante o funcionamento desta associação, a população tomarense ajudava com fundos de modo que esta conseguisse elaborar aquilo que pretendia fazer. Tal é explícito num artigo no jornal *A Cidade* publicado a 24 de junho de 1928, intitulado “União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo”, onde é contado que José Agostinho Pereira e Sousa deixou escrito em testamento que 200 escudos iriam ser deixados à associação para fins de conservação dos monumentos de Tomar é referido ainda, “Pena é que este legado (...) tenha hoje um valor reduzido em vista da depreciação da moeda (...)”³⁰.

²⁸ Decreto n.º 5889, de 19 de junho de 1919 (DG, 1.ª série, n.º 117, p. 1634).

²⁹ Decreto n.º 8939, de 20 de junho de 1923 (DG, 1.ª série, n.º 131, p. 688).

³⁰ 1928, “União dos Amigos da Ordem de Cristo”, *A Cidade*, 24/06/1928.

Como as quotas dos sócios não eram suficientes para que os projetos de conservação e restauro pudessem ser desenvolvidos, foram elaborados acordos com outras instituições e ministérios para que as obras fossem subvencionadas, assim:

“Utilizaram soldados para trabalhos de limpeza e conservação, que as ligações militares de vários associados lhes permitiram operacionalizar. Procederam à realização de subscrições públicas junto da sociedade civil, associados e mecenas. Junto do Estado conseguem dotações para obras em monumentos nacionais (...)” (Custódio, 2008a, p. 827).

A associação ao longo dos anos soube investir as suas receitas, e pôs sempre de lado tudo aquilo que pudesse pôr em perigo a conservação e valorização do património, sendo que mais de metade das suas despesas vão para obras de conservação e restauro do património arquitetónico e móvel, e para obtenção de coleções museológicas, conservação e limpeza do museu (Custódio, 2008a, p. 827).

Durante os 50 anos de funcionamento da associação esta mantém em funcionamento um museu monográfico, arqueológico e lapidar e os membros da associação organizam uma pesquisa documental sobre a Ordem de Cristo e o seu *Termo de Thomar*, até que em 1968 a associação começa a entrar em dormência devido ao desaparecimento dos membros mais antigos da associação e à falta de renovação dos mesmos (Barbosa, 2009, p. 184).

O espólio da UAMOC era vasto, e as suas descobertas foram registadas ao longo dos anos através dos Anais da associação, assim no ano de 1976 sabe-se que estas mesmas descobertas estariam expostas no Convento de Cristo através da entrevista realizada ao Dr. Manuel Guimarães, em que o mesmo é questionado sobre a história das peças que estão expostas³¹. Em 1983, sabe-se que o espólio da UAMOC está sob a tutela do Estado, ou seja, pertence ao IPPC, mas todo o material que consta em inventário está à guarda da Câmara Municipal de Tomar³².

No início do século XX, a UAMOC queixava-se da necessidade de execução de obras no Convento de Cristo, e em concreto no Claustro da Micha, local que se encontrava sob perigo de derrocada (Costa & Barbosa, 2015).

3.4. O Seminário das Missões Ultramarinas

Para falar do “Seminário das Missões” é preciso compreender primeiro a história dos Missionários em Portugal. Começamos por falar do início do seu declínio, que se iniciou nos primeiros anos do regime liberal em Portugal, e em 1759, é decretado que os jesuítas têm de

³¹ 1976, “Uma visita ao Museu Arqueológico do Convento de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 04/06/1976.

³² 1983e, “Espólio da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 18/11/1983.

ser expulsos de todos os territórios portugueses, esta má relação da igreja com o Estado veio-se a agravar em 1834, com a extinção das ordens religiosas, assim os missionários em África começam a ser muito poucos, e a China e o Japão já não tinham a presença dos mesmos há muito tempo, apenas a Índia mantinha missões, pois tinham bastantes eclesiásticos lá presentes (Gonçalves, 2001). Na segunda metade desse mesmo século, percebeu-se que era necessário estabelecer um acordo com a Santa Sé, pois as missões efetuadas contribuíam para a ocupação territorial, especialmente no Oriente (Gonçalves, 2001).

Em 1856, o Visconde de Sá da Bandeira, ministro da Marinha e do Ultramar, decreta que seja criado o Real Colégio das Missões em Cernache do Bonjardim (Vicente, 2008), no mesmo eram formados sacerdotes que iriam realizar missões, assim como professores que iriam para os seminários presentes nas dioceses dos territórios mencionados anteriormente (Gonçalves, 2001).

Anos mais tarde, em 1885, é realizada a Conferência de Berlim³³, as nações presentes nesta conferência chegam à conclusão que as missões religiosas são necessárias nos territórios africanos, pois estas são uma importante forma de civilizar as populações, assim os governantes de cada nação passaram a apoiar os missionários, sem que tivessem em conta a nacionalidade dos mesmos (Gonçalves, 2001). A evangelização e a colonização são olhadas agora pelos governantes e missionários como algo que não pode ser separado, pois quando os missionários vão evangelizar e civilizar, estes têm consciência que aquilo que eles fazem contribui para a defesa da soberania dos territórios onde decorre as missões, como tal os governantes também reconhecem essa mesma importância (Gonçalves (2001).

No entanto, em 1911 o Real Colégio das Missões é encerrado, consequência da implantação da República e a consequente promulgação da Lei de Separação do Estado da Igreja. É declarado que a “civilização” que estava a ser efetuada pelos missionários passa-se a ser realizada apenas pelo clero secular português, que tivesse recebido formação para esse fim em instituições do Estado (Gonçalves, 2001). Com o encerramento do Real Colégio, estuda-se a proposta da sua transformação num instituto de formação de missionários laicos. Essa proposta concretizou-se em 1917 e passou denominar-se como Instituto das Missões Coloniais, sendo que até esse ano o colégio funcionou como um liceu normal (Vicente, 2008). Em 1919, dá-se uma mudança no que toca à legislação das missões; desse modo são publicados vários textos

³³ 14 países reúnem-se para discutir os projetos de exploração e ocupação do continente africano, tinha como objetivo encontrar uma forma diplomática de efetuar a partilha de África pelas potências presentes na Conferência, não esteve presente nenhum representante dos reinos ou populações africanas (<https://ensina.rtp.pt/artigo/a-conferencia-de-berlim/>).

legislativos pela república portuguesa, sendo o primeiro deles o Decreto n.º 5239 de 13 de março de 1919. Estes decretos tinham como objetivo legislar as “missões civilizadoras” que estavam a decorrer e conceder mais apoios por parte dos governadores coloniais aos institutos dos missionários. A partir de 1920, os projetos de criação de um instituto missionário deixam de ser uma prioridade, muito devido à oposição política em relação às missões católicas. Apesar deste contexto, o Ministro das Colónias, Alfredo Rodrigues Gaspar, promulga legislação favorável às missões religiosas, ao decretar que essas missões serão denominadas “missões civilizadoras” e que serão regulamentadas de igual forma como são as missões laicas³⁴.

No ano seguinte, em 1921, através do Decreto n.º 7600 é autorizado que se crie um instituto de preparação e repouso dos missionários que pertencem exclusivamente ao clero secular português³⁵, que fica com o nome de Colégio das Missões Religiosas dos Padres Seculares, e que fica situado em Tomar (Vicente, 2008, p. 310). Este Colégio que ficará conhecido como Seminário das Missões Ultramarinas, ocupou partes do Convento de Cristo, em concreto o Claustro dos Corvos, o Claustro da Micha, o refeitório, as cozinhas, os dormitórios e as hortas exteriores. Nestes espaços são desenvolvidas a maioria das atividades dos seminaristas: “o hóquei jogado no Claustro da Micha com sticks de ramos de oliveira aparados com navalhas transmontanais” (Vieira de Sá, 2008: 104). Ao contrário do comportamento enérgico e irreverente por parte dos seminaristas, o Reitor do Seminário tinha como uma das suas principais obrigações “garantir a conservação do monumento na sua integridade física e artística” (Custódio, 2008b, p. 26). A ocupação do espaço da Micha pelos seminaristas devolveu-lhe as funções para a qual foi construído. Naquela época, os seminaristas conviviam nos espaços do convento com outras instituições: Regimento de Infantaria 15, UAMOC, Hospital Militar e GNR) e ainda com o 3.º Conde de Tomar, Bernardo Costa Cabral. Durante os setenta anos que ocuparam o convento, o Colégio das Missões foi aumentando a sua área funcional à medida que os espaços ocupados pelas outras instituições iam sendo resgatados (Custódio, 2008b).

Com o encerramento do Instituto das Missões Coloniais de Cernache do Bonjardim, em 1926, dá-se lugar à reabertura de um espaço de formação de missionários naquela localidade, em concreto o Colégio das Missões dos Padres Seculares, o mesmo que existia em Tomar desde

³⁴ Decreto n.º 6322, de 2 de janeiro, *Diário do Governo* n.º 1/1920, série I de 1920-01-02, 1-4.

³⁵ Decreto n.º 7600, de 20 de julho, *Diário do Governo* n.º 146/1921, série I de 1921-07-20, 969-970.

1922³⁶. Juntamente com outro espaço em Cucujães, passaram a existir três colégios: Tomar, Cernache do Bonjardim, e Cucujães (Vicente, 2008, pp. 310-311).

Com a chegada da revolução de 1974 iniciou-se o processo de descolonização de Angola e Moçambique e, como tal, os missionários que lá estavam sofreram ataques. As estruturas da igreja foram ocupadas por outros que não os missionários, obrigando o regresso de muitos para os seus países de origem na Europa; só anos mais tarde se criaram condições mais vantajosas para que se voltasse a fazer ações de missionação em África. Em Portugal, depois de 1982, passou-se a realizar anualmente a Semana Missionária Nacional, de forma a promover a chamada de novos missionários (Gonçalves, 2001).

A existência do Seminário das Missões foi importante para a salvaguarda do Convento de Cristo. A vivência quotidiana dos seminaristas nos espaços conventuais, permitia e ajudava a que os mesmos se mantivessem preservados. Os seminaristas ocupavam os espaços que compõem essencialmente a ala poente do Convento de Cristo, sendo estes o Claustro dos Corvos, Claustro da Micha, Refeitório, Cozinhas, Dormitórios e Hortas Exteriores. Um bom exemplo disso foi o facto de, em 1977, o reitor e os seus alunos terem limpado o matagal que cobria o Aqueduto dos Pegões e já o estava a deteriorar, sendo que este Aqueduto era importante para levar água para a Mata dos Sete Montes e para o Jardim do Convento de Cristo³⁷.

O seminário irá manter funções até 1990, altura em que os alunos remanescentes, bem como os funcionários são transferidos para Fátima e para Cernache de Bonjardim³⁸. Os que serão realojados em Fátima, são instalados numa casa que fica situada no alto da Fazarga, espaço adquirido com o subsídio que o governo português deu à Sociedade Missionária por terem desocupado o Convento de Cristo³⁹.

3.5. As renovações no Convento de Cristo durante o Estado Novo (anos 1940)

As renovações iniciam-se antes mesmo da década de 1940, uma vez que o objetivo era que as mesmas tivessem concluídas à data da celebração dos 300 anos da Restauração da Independência, ou seja, em 1940.

³⁶ Informação retirada do website oficial do Convento de Cristo: http://www.conventocristo.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=246&identificador=ct126_pt

³⁷ 1977f, “Depois de sete anos de abandono o Aqueduto dos Pegões vai voltar a ser o que era!”, *Cidade de Tomar*, 30/12/1977.

³⁸ Informação retirada do website oficial do Convento de Cristo: http://www.conventocristo.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=246&identificador=ct126_pt

³⁹ Informação retirada do website da Sociedade Missionária da Boa Nova <https://missionarios.boanova.pt/fatima/>

Em 1935, o jornal *Cidade de Tomar*, num artigo de 17 de março intitulado “Arquitecto António do Couto Abreu”, anuncia que esse mesmo arquiteto, diretor dos Monumentos Nacionais da zona Sul, havia visitado os monumentos de Tomar, e feito uma lista das obras que deviam ser feitas nestes mesmos, incluindo nesta lista o Castelo, o Jardim do Convento e o próprio Convento de Cristo. O autor do artigo deixa no fim uma nota de que espera que António do Couto Abreu possa apressar a execução das obras devido a ser aliado do engenheiro Gomes da Silva, o Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, “(...) promovendo assim a boa conservação das lindas jóias arquitectónicas de que Tomar se ufana.”⁴⁰.

No ano de 1938 é publicado no jornal *Cidade de Tomar* a 6 de fevereiro, que o Ministro das Obras Públicas e Comunicações concedia cerca de 70 mil escudos para benefício dos monumentos de Tomar, sendo que desses 30 mil eram entregues para a conservação do Convento de Cristo. O autor deste artigo de jornal aproveita para enaltecer a política de conservação do património do Estado Novo: “Só a política reconstrutiva e desafogada do Estado Novo permitiu o milagre de salvamento dessas jóias arquitetónicas em risco de se perderem (...)”⁴¹.

Mais uma vez em honra do tricentenário, o governo atribui “(...) uma verba de 91 contos para construção e reconstrução do vetusto castelo de Gualdim Pais (...)”, esta informação é retirada da publicação do jornal *Cidade de Tomar* de 26 de fevereiro de 1939⁴².

Ainda em 1939, o Presidente da Câmara de Tomar desse ano, Samuel de Oliveira, foi à Assembleia Nacional e fez um discurso, sendo que esse mesmo foi transcrito no jornal *Cidade de Tomar* de 5 de março. Neste discurso, o Presidente elogia as obras de restauro dos monumentos histórico-artísticos promovidas pelo Estado Novo e realizadas pelo país inteiro com o intuito de:

“(...) todo o interesse de manter conservados esses monumentos que nos falam da grandeza do passado e do esforço colossal do povo português através da história e ficarão a atestar esta política do espírito em que assenta a Revolução na paz.”⁴³

Samuel de Oliveira ainda refere no seu discurso, o seu contentamento específico para com as obras do Convento de Cristo, mas, no entanto, ainda diz que há muito a ser feito e aproveita para pedir às entidades competentes para que tudo esteja pronto a tempo das comemorações do centenário da independência, para que os turistas encontrem o local segundo ele: “(...)

⁴⁰ 1935b, “Arquitecto António do Couto Abreu”, *Cidade de Tomar*, 17/03/1935.

⁴¹ 1938a, “Monumentos Nacionais de Tomar”, *Cidade de Tomar*, 06/02/1938.

⁴² 1939a, *Cidade de Tomar*, 26/02/1939.

⁴³ 1939b, “Monumentos Nacionais”, *Cidade de Tomar*, 05/03/1939.

totalmente reparado e reintegrado na sua pureza um monumento de notável riqueza artística, de verdadeiras e permanentes páginas de história da arte, escritas na pedra lavada.”⁴⁴. O Presidente da Câmara de Tomar ainda propõe no seu discurso a que a sede da Ordem de Cristo possa voltar a ser no Convento de Cristo, visto que naquele momento a mesma estava no Ministério do Estado, em Lisboa; esta alteração é proposta tendo como horizonte a possibilidade de em 1940 se pudessem lá realizar as comemorações e reconhecer a influência que a Ordem de Cristo teve na história portuguesa⁴⁵.

3.6. A comunidade de Tomar e o conhecimento sobre o Convento de Cristo

Já nos finais do século XIX, a população de Tomar via os monumentos da cidade como sendo belos e que por isso atraíam os turistas à cidade. Tal é algo que é possível observar numa coluna escrita no jornal *A Verdade* intitulada de “Thomar – Pro Domo Nostra” e publicada a 11 de abril de 1897. Nessa coluna é afirmado que os visitantes de Tomar devem dar um principal destaque ao Convento de Cristo e só depois se devem dirigir aos restantes monumentos da cidade⁴⁶.

No início do século XX, Tomar possuía uma abundante vida militar; além do hospital militar referido anteriormente também existia um tribunal militar. Esta forte presença militar de alguma forma permitiu o desenvolvimento de novas profissões na comunidade tomarense sendo elas militares de carreira, médicos, engenheiros, advogados, contribuindo para o fortalecimento de uma classe social culta, permitindo um novo olhar sobre o conjunto monumental do Convento de Cristo, até então visto como “(...) a casa dos senhores da terra, seus cobradores de impostos, rendas e administradores de justiça seculares, (...). É este o sentimento que transparece na imprensa periódica local dos finais do século XIX – o jornal *A Liberdade*.” (Barbosa, 2009, p. 183).

A 31 de março de 1935 o jornal *Cidade de Tomar* publica uma entrevista feita ao Tenente Lacerda Machado, tendo como título “A Comissão de Turismo e a sua ação – A Bem de Tomar” – Ouvindo o Tenente Lacerda Machado seu Administrador-Delegado”. Nesta entrevista é o jornal afirma que a população de Tomar não conhece muito dos melhoramentos que a Comissão já fez, sendo que Lacerda Machado concorda com a afirmação e procede a dizer:

⁴⁴ 1939b, “Monumentos Nacionais”, *Cidade de Tomar*, 05/03/1939.

⁴⁵ 1939b, “Monumentos Nacionais”, *Cidade de Tomar*, 05/03/1939.

⁴⁶ 1887, “Thomar Pro Domo Nostra”, *A Verdade*, 11/04/1887.

“(...) a Comissão tem trabalhado afincadamente pela manutenção e elevação progressiva do bom nome de Tomar. Assim melhorou a silhueta noturna do Castelo, iluminando-o com projetores (...) solicitou e conseguiu a classificação da estrada que conduz ao Convento (...).”⁴⁷

Apesar de em 1935 podermos observar que muitos dos melhoramentos que a Comissão de Turismo realiza não são do conhecimento da população, o jornal *Cidade de Tomar* na edição de 29 de maio de 1938 informa a população das principais melhorias do concelho de Tomar nos últimos 12 anos. Como este artigo é realizado em honra do 12º aniversário da “Revolução Nacional de 28 de Maio” enaltece essencialmente, em formato de lista todas as melhorias que só foram possíveis devido às políticas do Estado Novo. No que toca às melhorias nos monumentos nacionais é referido: “Grandes obras de reparação no valor de algumas centenas de contos dos Monumentos Nacionais de Tomar que abandonados há muitos anos ameaçavam ruína; criação do Jardim do Convento de Cristo”⁴⁸. Apesar de a população ter sido informada que houve obras de reparação, a mesma não consegue saber que obras de reparação foram essas se apenas tiver lido este artigo sobre esta situação⁴⁹.

A comunidade de Tomar via mesmo os monumentos como algo importante para o desenvolvimento da sua cidade. Além dos exemplos apontados anteriormente, ainda é importante referir que em 1940, são feitas obras de reconstrução das muralhas do Castelo, realizadas pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, depois de a muralha ter sido abandonada durante vários anos e de estar em ruínas. Estes melhoramentos foram várias vezes pedidos para serem realizados pelo jornal *Cidade de Tomar*, e a comunidade é informada que as melhorias estão finalmente a ser realizadas no dia 15 de dezembro de 1940 por esse mesmo jornal⁵⁰.

⁴⁷ 1935a, “A Comissão de Turismo e a sua ação A Bem de Tomar! Ouvindo o Tenente Lacerda Machado seu Administrador Delegado”, *Cidade de Tomar*, 31/03/1935.

⁴⁸ 1938b, “Ao Povo do Concelho de Tomar”, *Cidade de Tomar*, 29/05/1938.

⁴⁹ 1938b, “Ao Povo do Concelho de Tomar”, *Cidade de Tomar*, 29/05/1938.

⁵⁰ 1940, *Cidade de Tomar*, 15/12/1940.

CAPÍTULO 4

4.1. A salvaguarda do Convento de Cristo após o 25 de abril de 1974

O fim da atividade da UAMOC, em 1968, coincide com o desespero do discurso político do Estado Novo, enfraquecido pela guerra colonial e pelo crescente descontentamento pela ditadura do regime. O golpe militar de 25 de abril de 1974, trouxe alterações também ao Convento de Cristo. Nos 10 anos seguintes, os monumentos nacionais que o regime tinha usado para mostrar o seu poder e que também tinha adotado como símbolos, foram postos em causa, entre eles encontrava-se então o Convento de Cristo (Barbosa, 2009, p. 184).

Na Constituição Portuguesa de 1976 é introduzida a expressão Património Cultural, que veio substituir a tradicional designação até então utilizada, de Monumentos Artísticos, Históricos e Arqueológicos. Em síntese, a nova Constituição destaca a preservação do património e a sua valorização focando o seu papel na construção e reforço da identidade cultural, mas, apesar destas novas disposições ideológicas, o património cultural continuou a ser pouco valorizado, sendo deixado para segundo e terceiro plano (Lopes, 2017, p. 28).

No caso concreto do Convento de Cristo, é possível verificar que a alteração do regime em 1974 não veio acompanhado por estratégias de intervenção no Convento. Descreve-se a existência de abundante vegetação que se acumulava nos espaços do Convento e que submergiam totalmente os pomares de laranjeiras que existiam nas áreas do castelo, convento e na grande muralha do mesmo. Em 1975, algumas dependências do claustro da Micha foram ocupadas por famílias refugiadas de África por iniciativa do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), que daí só saíram em 1980. Também em 1975, a casa do forno foi ocupada pelo Regimento de Infantaria 15 (Mendonça, 2004).

Para além do fim da atividade da UAMOC, o Seminário das Missões deixou de ter alunos, e uma vez que eram estes que faziam alguns dos trabalhos de manutenção, decorrentes da normal vivência quotidiana no local, e assim sem estes pequenos trabalhos de manutenção o espaço entra em rápido declínio, ficando degradado e ao abandono. Este declínio de práticas de conservação preventiva chega a provocar muitos danos no Convento de Cristo, especialmente no início da década de 1980, quando este conjunto monumental se estava a candidatar a Património da Humanidade (Barbosa, 2009, pp. 184-186).

O Convento de Cristo passa, entre 1981 e 1986, para a tutela do Ministério da Cultura (IPPC) e, a partir de dezembro de 1983, é considerado Património Mundial pela UNESCO, processo iniciado em agosto de 1982, juntamente com o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de

Belém, o Mosteiro da Batalha e a zona monumental da Universidade de Coimbra⁵¹. A 20 de dezembro desse ano, o ICOMOS recomenda à UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) que o Convento de Cristo seja inscrito na lista do Património da Humanidade.

Na sua recomendação, o ICOMOS usa como justificação a história da construção do próprio convento, inicia assim por informar que os cavaleiros Templários quando foram chamados a Portugal na segunda metade do século XII usaram o local da atual cidade de Tomar para construção da sua primeira e principal fortaleza, sendo que, refere a importância da primeira igreja que Gualdim Pais mandou construir, sendo esta uma dos poucos exemplos de arquitetura templária presente na Europa, é referido ainda que o Infante D. Henrique pediu para serem adicionados arcos de estilo Gótico em 1430, também fala da presença do estilo Manuelino incorporado na Janela do Capítulo, construída durante o reinado de D. Manuel, no de D. João III é referido que foram adicionados mais claustros com influência italiana, sendo que a justificação é terminada a dizer que o Claustro dos Filipes foi o último.

Para o Convento de Cristo ser inscrito na lista de Património da Humanidade este tem de se incluir nos critérios que a UNESCO exige, sendo que os que são apontados para o Convento de Cristo são: “(i) representativa de uma obra-prima do génio criativo da humanidade”, aplicando este critério à igreja construída por Gualdim Pais e às construções do Renascimento, e “(vi) direta ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias com um significado universal” já este critério seria sobre o facto de o Convento de Cristo ter sido construído originalmente como um símbolo do período da Reconquista, mas que desde o período Manuelino que o Convento passou a ser um símbolo da abertura de Portugal às civilizações exteriores⁵².

Álvaro Monjardino, Presidente da Assembleia Regional dos Açores, participou na reunião de Paris de 1983, onde foram apresentados os monumentos que Portugal quer adicionar à lista de património mundial, estando entre eles o Castelo dos Templários e o Convento de Cristo, se estes entrarem para a lista da UNESCO, os monumentos ficarão sujeitos a um maior controlo internacional, mas também podem receber verbas de ajuda para obras de manutenção por parte da UNESCO⁵³.

⁵¹ 1982d, “Um plano nacional de Trabalhos Arqueológicos e defesa do Património”, *Cidade de Tomar*, 13/08/1982.

⁵² UNESCO, 1983 – Convent of Christ in Tomar – World Heritage List nº 265. <https://whc.unesco.org/en/list/00265/>

⁵³ 1983b, “Convento de Cristo na lista dos monumentos considerados Património Mundial”, *Cidade de Tomar*, 05/05/1983.

O processo de património mundial marca também um resgate do espaço conventual, para o uso cultural e turístico, das várias instituições que o ocupavam. Em 1986, três dependências do claustro da Micha ocupadas pelo Ministério do Exército são devolvidas ao Ministério das Finanças (Costa & Barbosa, 2015). Em 1991, o Seminário das Missões entrega ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC), a totalidade dos edifícios que ocupava, nos quais se incluíam o Claustro da Micha e as dependências envolventes. Finalmente, em 2003, podemos considerar como último resgate a desocupação das salas da casa do D. Prior por parte da Camara Municipal de Tomar.

Em 1987, já o Convento de Cristo era património mundial, ainda se notava a degradação do local, quando a Radiotelevisão Portuguesa (RTP) transmitia para a televisão a eucaristia celebrada pelo bispo da diocese de Santarém, a partir do Convento de Cristo (Barbosa, 2009, p. 188). Publicamente, toma-se consciência do estado de degradação do rico património em presença e no final da década de 1980 inicia-se um programa de intervenção de conservação e restauro neste elemento, iniciado em 1988 com a montagem de uns andaimes de madeira para que se procedesse a uma análise da situação e também a pequenos trabalhos de restauro, estando o acesso dos visitantes à Charola impossibilitado até 1999. As campanhas de restauro da Charola vão prolongar-se por mais de 25 anos, com a inauguração dos trabalhos em 2014.

4.2. Estratégias e Plano de Intervenção

Entre 1976 e 1980, os quatro governos sucessivos, tiveram objetivos diferentes no que toca aos temas culturais.

O Governo Constitucional que esteve em funções de janeiro a agosto de 1978 tinha como objetivo de empreender ações de defesa do Património através de uma articulação das estruturas orgânicas, e mais especificamente, entre a Comissão Organizadora do Instituto da Salvaguarda do Património Cultural e Natureza e a Direção-Geral do Património Cultural, e a Secretaria de Estado da Cultura. No entanto, só a partir de 1980 é que a cultura passa ser um elemento bastante presente nos debates e discursos políticos (Lopes, 2017, p. 29), apesar disso, em 1977, o jornal *Cidade de Tomar* relata que o Diretor Geral da Cultura, o professor Lima de Freitas, visitou o Convento de Cristo onde analisou o potencial do monumento (segundo o jornal se encontrava quase abandonado) para ser feito um centro de atividades culturais⁵⁴.

⁵⁴ 1977d, “Diretor Geral da Cultura visitou Tomar”, *Cidade de Tomar*, 25/03/1977.

É referido que a cultura começou a ser em 1980 um elemento presente nos debates e discursos políticos, porém o que é sentido em Tomar é que a Câmara Municipal não tem empenho suficiente na cultura, nem propõem medidas suficientes para a defesa do património⁵⁵.

No entanto, a 16 de dezembro de 1981, em Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista (PCP), faz um requerimento ao Ministério da Cultura, em que falam do péssimo estado de conservação em que se encontra o Convento de Cristo, e pedem esclarecimentos às seguintes questões:

“1 – Existe algum inventário de todas as obras de arte pertencentes ao Convento de Cristo em Tomar? 2 – Para onde têm sido enviadas as obras de arte retiradas do Convento? 3 – Quem controla essas saídas? 4 – As reparações que se estão a fazer, são acompanhadas por técnicos competentes ligados à matéria? 5 – Essas reparações dependem de algum orçamento governamental? 6 – Qual o montante e quem o controla?”⁵⁶

Este requerimento é importante para perceber que o Convento de Cristo não está esquecido pela Assembleia da República, mas que há um desconhecimento geral sobre a gestão deste monumento. Apesar deste requerimento, não foi possível encontrar uma resposta ao mesmo.

Desde a revisão constitucional de 1982, que a proteção e valorização do património cultural era vista como uma tarefa essencial do estado. Nessa mesma revisão, é descrito que a proteção dos monumentos também deveria ser vista como um dever do cidadão comum. Tal estava em consonância com uma tomada de consciência coletiva, por parte dos cidadãos, que desde 1976 se associavam em organizações de defesa do património e pugnavam pela defesa dos seus valores patrimoniais (Macedo, 2018). Em Tomar, a UAMOC havia cessado a sua atividade em 1968, e o Seminário das Missões haviam deixado o Convento de Cristo sem alguém a habitá-lo permanentemente, ao mesmo tempo que a tutela do monumento é passada do Ministério das Finanças para o Ministério da Cultura (Barbosa, 2009, p. 187). A associação que havia sido criada em Tomar, o Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar (CEPPRT), fundado em 1977, apesar ter como fins a promoção do estudo, conservação e divulgação do património artístico e cultural da região de Tomar (Macedo, 2018), não estava orientado em exclusivo para o Convento de Cristo, como havia sido a UAMOC. No entanto, é importante referir que começaram a surgir várias associações de proteção do património,

⁵⁵ 1980a, “Cultura e Defesa do Património”, *Cidade de Tomar*, 23/05/1980.

⁵⁶ Requerimento, de 16 de dezembro. *Diário da Assembleia da República*, Série II, n.º 31, 1981-12-18, 624.

demonstrando o interesse da população pelo mesmo, tendo assim sido criada a Associação de Grupos e Espeleologia do Centro e Oeste de Portugal⁵⁷.

4.2.1. Conservação e Restauro

Em 1982 é publicada uma Resolução de Conselho de Ministros que estabelece que o Ministério da Cultura e a sua coordenação científica. proporá um plano anual para a recuperação de monumentos nacionais que estejam já em avançado estado de degradação, cuja existência estava em risco. Esta Resolução propõe de imediato uma intervenção, nos moldes previstos, para o Convento de Cristo, logo em 1983⁵⁸.

No entanto, já em julho de 1982, havia sido decidido em Conselho de Ministros que se iriam realizar obras de recuperação e restauro no Convento de Cristo. Tal surge do facto de se ter idealizado um plano em que cada ano um monumento irá ser recuperado, e em 1983 seria a vez de realizar obras de recuperação no Convento de Cristo⁵⁹. É ainda feita uma mudança na tutela dos monumentos, em que através de nova legislação, os monumentos públicos e históricos podem passar do Ministério das Finanças para o Ministério da Cultura, algo que vai acontecer com o Convento de Cristo⁶⁰. Nesse mesmo ano, o primeiro-ministro Pinto Balsemão, visitou Tomar, acompanhado do Ministro da Educação e dos Secretários de Estado da Administração Interna e das Obras Públicas, e aqui anunciou alguns investimentos que iriam ser feitos na cidade, sendo um deles a já referido recuperação do Convento de Cristo durante o ano de 1983⁶¹.

Em abril de 1983, é publicado um artigo no jornal *Cidade de Tomar* a indicar que a parte da conservação e restauro do Convento de Cristo é encargo da Direção-Geral dos Monumentos Nacionais (na altura na dependência do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transporte). É ainda noticiado que esta entidade não tinha equipas na zona para restauro do monumento e, portanto, dava-se à empreitada externa este tipo de obras. Esta situação implicava que se tinha que esperar pela conclusão de todo o processo de empreitada e contratação, mantendo-se e agravando-se o estado de ruína, iniciando-se a obra num estado avançado de degradação. Não era costume dar uma empreitada para apenas se fazer uns pequenos reparos, e assim algo que

⁵⁷ 1977c, “Reunião dos Grupos de Arqueologia e Espeleologia de Tomar, Torres Novas, Soudos (Vila do Paço) e Entroncamento”, *Cidade de Tomar*, 11/03/1977.

⁵⁸ Resolução n.º 224/82, de 28 de dezembro. *Diário da República*, Série I, n.º 298, 28-12-1982, 4231-4232.

⁵⁹ 1982a, “Convento de Cristo vai ser restaurado”, *Cidade de Tomar*, 09/07/1982.

⁶⁰ 1982d, “Um plano nacional de Trabalhos Arqueológicos e defesa do Património”, *Cidade de Tomar*, 13/08/1982.

⁶¹ 1982e, “O Primeiro Ministro em Tomar”, *Cidade de Tomar*, 01/10/1982.

podia custar algumas centenas de escudos, passa a custar centenas de contos (Barbosa, 2009, p. 186). O facto de a Direção-Geral dos Monumentos Nacionais não ter uma equipa de restauro mais localizada demonstrava, na opinião do jornal, uma falta de preocupação por todos os monumentos do país, ao deixar eles chegarem à sua ruína.

Ainda em 1983, o Secretário de Estado da Cultura, Gomes de Pinho, faz uma visita a Tomar para observar a recuperação do Convento de Cristo. Nesta visita queria ainda observar a possibilidade e meios para fazer a sua exploração turística do monumento em moldes modernos. Reuniu com o Presidente da Câmara, com o Vereador da Cultura e alguns técnicos do IPPC, em que explica que as obras de recuperação não começaram mais cedo devido à falta de verbas e agora procura obter apoios para as mesmas por parte da UNESCO. Gomes de Pinho ainda informa que naquele momento o monumento tem rentabilidade económica ao ter entradas pagas e ao promover iniciativas culturais⁶². Estas entradas pagas são a consequência da legislação implementada pelo Ministério da Cultura e Coordenação Científica, o Decreto-Lei n.º 158/83 de 19 de abril, que decretava que os museus a cargo do IPPC tenham entrada paga durante todos os dias da semana, exceto aos domingos para cidadãos portugueses. Este decreto iria assim permitir que houvesse verbas que permitiriam a conservação e valorização do património museológico e monumental⁶³.

Foi construída uma estrada que se iniciava no jardim do Convento e terminava junto da entrada da Charola. Esta estrada servia para nivelar a escadaria e permitira que pudessem ser colocadas gruas que iriam servir para levar vigas pesadas para a reparação do telhado do coro alto, até ao dia que há uma derrocada e essa mesma grua cai sobre a balaustrada sul da escadaria, causando prejuízos avaliados em milhares de contos⁶⁴. Esta situação tem impactos na população, nas entidades responsáveis pela administração do património e ainda na administração do convento de Cristo. Reconheciam-se fragilidades “(...) concomitantemente com o facto do seu conservador não ser versado nas questões da Arquitetura e como tal não estar habilitado a ajuizar das questões (...) que a realização de obras (...) levantam.” (Barbosa, 2009, p. 186).

Após este acidente é feito um levantamento global que mostrou o estado de conservação do monumento. Através dele foi possível identificar os pontos de degradação e as suas necessidades de manutenção, foi possível observar ainda o estado de ruína do alambor devido

⁶² 1983c, “Secretário de Estado visita Tomar”, *Cidade de Tomar*, 27/05/1983.

⁶³ 1983d, “Medidas tomadas sobre Monumentos”, *Cidade de Tomar*, 14/06/1983.

⁶⁴ 1983f, “Derrocada no Convento de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 23/12/1983.

à invasão de vegetação presente na Mata dos Sete Montes, visto que a mesma também não recebia a manutenção adequada, há pelo menos cinco décadas (Barbosa, 2009).

No ano de 1987, é anunciado pelo IPPC que irá ser feito um projeto de conservação com um orçamento de cerca de 1 milhão de contos para o Convento de Cristo, no entanto metade desse orçamento iria ser financiado pela Comunidade Económica Europeia (CEE). Através do projeto iria ser criado um Centro de Estudos Históricos e uma unidade hoteleira, de forma a promover o turismo no Convento de Cristo (Barbosa, 2009).

A UNESCO por o Convento fazer parte da lista de património mundial desde 1983, como já foi referido, partilha uma lista de obras de conservação realizadas em que a mesma ajudou a financiar, estando entre elas a restauração de superfícies da Charola e do telhado do edifício entre 1988 e 1990, a conservação e restauro da pintura num mural do arco da Charola que decorreu entre 1989 e 1995 e as escavações arqueológicas que ocorreram no Paço do Infante entre os anos de 1987 e 1996⁶⁵.

4.2.2. Turismo

Ao longo deste subcapítulo vai ser relatado de que forma o turismo influenciou ou não as ações de gestão e de conservação do Convento de Cristo, e vai ser possível perceber que não houve grandes influências por parte do mesmo, uma vez que, não são tomadas grandes ações de conservação devido à existência do turismo. É mesmo até referido num artigo chamado “Notas e desabafos dum Tomarense” que os cidadãos acreditam que a Comissão Municipal de Turismo não passa de um “mito”, pois os seus comissários não dão apoio à mesma, tirando o Presidente da Comissão, Raul do Coito, que dá esse apoio, mas apenas uma pessoa não chega para fazer alguma diferença⁶⁶.

Em 1975, é publicado no semanário *Cidade de Tomar* de 6 de setembro um artigo com o nome “Para quando um museu em Tomar?”. Neste artigo é mencionado o facto da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) ir realizar um colóquio em novembro desse mesmo ano com o nome “Museus para quê?” em que se previa debater os problemas do presente e futuro da museologia, e é aqui feita uma provocação pública a esta associação, sobre quando irá surgir o interesse de abrir um museu em Tomar, uma vez que, a cidade contém um museu num dos Claustros do Convento que a esta data estava fechado ao público, além da existência de peças de artesanato na Biblioteca Municipal e de várias peças de arte (em más condições) espalhadas

⁶⁵ UNESCO, 2006, Periodic Reporting Cycle 1, Section II (Summary), <https://whc.unesco.org/en/list/265/documents/>

⁶⁶ 1981e, “Notas e desabafos dum Tomarense”, *Cidade de Tomar*, 18/09/1981.

por todo o concelho, assim percebe-se que existe um interesse na população de possuir um museu na cidade de forma a trazer turismo⁶⁷.

No ano de 1977, António Rebelo partilha a sua opinião sobre “O Convento, o Turismo, os Tabuleiros” no *Cidade de Tomar*, e revela que numa reunião da Assembleia Municipal foi apresentada uma proposta, que acaba por ser aprovada, para se formar uma comissão que estuda o aproveitamento turístico do Convento de Cristo. O mesmo António Rebelo considera que a comissão vem é retardar qualquer solução rápida e coerente, uma vez que, o estudo pretendido já tinha sido realizado em tempos, e nesse primeiro estudo falou-se em aproveitar os Paços do Infante para uma pousada, algo que não foi para a frente por não haver vontade governativa e local de haver uma descentralização assim como, não havia pessoas com experiência e preparação técnica em alguns setores em específico, algo que o autor do artigo acha que continua a ser o caso⁶⁸. Em 1980, volta a ser proposto em Assembleia Municipal de 31 de outubro, a criação de uma comissão referente aos monumentos tomarenses, só que desta vez é proposto que a mesma seja uma Comissão de Inquérito à situação dos mesmos⁶⁹.

São realizados eventos culturais, que de certa forma ajudam a promover o turismo no Convento de Cristo, sendo um deles o facto de o Coral da Nabantina e o da Canto Firme terem reunido em Tomar vários Coros do país, e os mesmos fizeram várias atuações pelos diferentes Claustros e lugares do Convento de Cristo⁷⁰.

A 8 de maio de 1981, é relatado no semanário *Cidade de Tomar*, que o Refeitório do Convento de Cristo passou a aceitar reservas para almoços e jantares de grupo, sendo que durante esses eventos é permitido que as empresas exponham publicidade às mesmas nas paredes do Refeitório. Além deste espaço, o Claustro Grande é alugado para reuniões, e fala-se também na proposta de criação de uma pousada no Convento de Cristo. Até a essa data, esta proposta não havia sido ainda posta em causa, e não era ainda do conhecimento geral da população qual a empresa ou entidade responsável pela exploração hoteleira destes espaços, sendo falado, nos órgãos de imprensa local, que esta pode ser feita pela própria administração do Convento, mas não é algo que seja corroborado. No entanto, é expresso o descontentamento de quem escreve este relato no semanário, ao afirmar que em sítios como Versalhes não é realizado este aluguer de espaços ou de obras primas de pintura ou de mobiliário. Aliás esta comparação com o Palácio de Versalhes assenta no mesmo tipo de importância – são ambos

⁶⁷ 1975, “Para quando um museu em Tomar?”, *Cidade de Tomar*, 06/09/1975.

⁶⁸ 1977e, “O Convento, o Turismo, os Tabuleiros”, *Cidade de Tomar*, 01/07/1977.

⁶⁹ 1980e, “Património Cultural”, *Cidade de Tomar*, 12/12/1980.

⁷⁰ 1980b, “Canto no Convento”, *Cidade de Tomar*, 30/05/1980.

monumentos nacionais e a reutilização do Convento de Cristo é mesmo posta em causa: “O que se está a passar com a utilização do Refeitório e dos Claustros do Convento de Cristo, não me parece que expresse outra coisa senão a incultura o pretensiosismo e o abuso”⁷¹. A 26 de junho do mesmo ano, a exploração continua a ser feita, mas ainda não há novidades sobre que entidade estaria a efetuar essa mesma exploração⁷² e em setembro desse ano, o semanário denuncia mais uma vez o débil estado de conservação do Convento de Cristo e alerta que a exploração que tem vindo a ser feita só piora a situação, sendo que se continua sem saber quem é o promotor. É ainda referido que os eclesiásticos, que ainda residem no convento, não possuem qualquer estatuto por não realizarem nenhuma “missão”, e têm vindo a colaborar com a exploração dos espaços do Convento - aluguer do Refeitório dos Frades para refeições, e realização de espetáculos de variedades nos Claustros, no entanto nem a Câmara Municipal, nem a direção do património nacional têm algo a dizer sobre estas ações. É importante ainda referir que o Convento de Cristo continua sem um conservador⁷³.

O turismo em Tomar tem imensos recursos, mas em 1982 é feita a crítica de que não são aproveitados em todo o seu potencial. A Câmara Municipal de Tomar é acusada de usar como desculpa o facto de os monumentos não estarem sob a sua autoridade, algo que é verdade, mas que na opinião da população não deveria ser assim. Um bom exemplo de como os recursos estavam a ser mal aproveitados é o facto de o caminho para o Convento de Cristo estar praticamente sem sinalização e também não ajuda que a Comissão de Turismo não tivesse disponível um mapa da cidade para entregar aos turistas⁷⁴.

Nos finais de 1987, o IPPC inicia um projeto de conservação para o Convento de Cristo em que previa a criação de uma unidade hoteleira, a Empresa Nacional de Turismo (ENATUR) é convidada a participar no projeto. No entanto, o seu programa previa que iriam ocupar todos os espaços conventuais desocupados, sendo eles a zona sul poente do convento, as construções do Claustro dos Corvos, os corredores do cruzeiro com a capela, as celas e o refeitório conventual, desta forma o projeto de conservação, cofinanciado pela CEE, passa a estar comprometido, eventualmente a criação do Centro de Estudos Históricos, que também fazia parte do projeto, é abandonada, e assim que a população da cidade de Tomar tem conhecimento fica contra a criação da pousada, tendo todos estes fatores em conta, o IPPC recusa que os espaços conventuais sejam ocupados pela pousada, assim a ENATUR abandona o projeto. Anos mais

⁷¹ 1981a, “Pensão – Esplanada Convento de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 08/05/1981.

⁷² 1981c, “Pensão Convento de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 26/06/1981.

⁷³ 1981d, “Pensão Convento de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 18/09/1981.

⁷⁴ 1982b, “Turismo em Tomar: problema adiado”, *Cidade de Tomar*, 09/07/1982.

tarde, em 1993, com a Extinção do Hospital Militar n.º 3, volta-se a falar da hipótese de criar uma unidade hoteleira no monumento, mas rapidamente a empresa envolvida nesta criação perde o interesse e o projeto é novamente descartado (Barbosa, 2009, p. 189).

4.2.3. Outras intervenções

No ano de 1977 foram fechadas algumas partes do monumento devido a estragos causados por “marginais”, sendo que os estragos relatados foi que partiram uma enorme esfera de pedra presente no início de uma escadaria do exterior, e arrancaram o parapeito de um miradouro na Cerrada dos Cães⁷⁵. Esta situação veio agravar o estado da má conservação do conjunto monumental. Ainda neste ano é relatado que continuam instalados nos velhos Claustros do Convento, 93 indivíduos vindos de Angola e Moçambique que após o 25 de abril haviam regressado ao território continental, e haviam sido instalados, temporariamente, no Convento de Cristo⁷⁶.

Numa reunião do CEPPRT, realizada a 25 de outubro de 1980, foi debatido o facto da conservação do conjunto monumental Castelo dos Templários/Convento de Cristo, estar em mau estado, e por isso decidiu-se organizar uma operação “Portas Abertas” para que possa ser mostrado o estado do mesmo à população, sendo que se iria fazer com esta operação visitas guiadas à totalidade dos monumentos. Nesta reunião ainda se decidiu pedir uma reunião conjunta com a Câmara Municipal de Tomar e o Instituto Português do Património Cultural para se abordar toda a situação do setor histórico-monumental, para além de se requerer uma audiência só com a Câmara Municipal para se falar deste mau estado de conservação do conjunto monumental⁷⁷. A operação “Portas Abertas” acaba por ter a participação de cerca de 500 pessoas e o CEPPRT teve a ajuda da Câmara Municipal de Tomar, da Comissão Municipal de Turismo, do Diretor do Hospital Militar n.º 3, do Reitor do Seminário das Missões, do Chefe da secção de Finanças de Tomar e do semanário *Cidade de Tomar*, para a realização da iniciativa⁷⁸.

É formada a Associação de Defesa do Património Cultural de Tomar (ADPCT) em meados de 1981, passando agora a haver três associações do tipo em Tomar, com o CEPPRT e o MATER (Movimento dos Amigos da Terra), esta última também uma associação recente (à data da criação da ADPCT). Com tantas associações de defesa do património em Tomar o

⁷⁵ 1977a, “A destruição dos monumentos”, *Cidade de Tomar*, 07/01/1977.

⁷⁶ 1977b, “Retornados continuam instalados no monumento”, *Cidade de Tomar*, 28/01/1977.

⁷⁷ 1980c, “Informação do C.E.P.P.R.T.”, *Cidade de Tomar*, 07/11/1980.

⁷⁸ 1980d, “Operação Portas Abertas Castelo – Convento 1980”, *Cidade de Tomar*, 05/12/1980.

semanário *Cidade de Tomar* é da opinião que se Tomar não fosse uma cidade em que os cidadãos são interessados em manter a defesa do património cultural e natural, nada seria feito por parte da Câmara Municipal de Tomar. Isto é sobretudo significativo quando é feito algo contra este património, como por exemplo a sua vandalização, o que leva o semanário a questionar: “Três associações de defesa do património cultural e natural não chegam? Quando só uma devia bastar. A Câmara está à espera, para se sentir apoiada, que sejam trezentas?”⁷⁹, estas questões e afirmações conseguem demonstrar o descontentamento geral dos cidadãos pela falta de ação da Câmara Municipal.

Em 1983, o cenário que se colocava no Convento de Cristo demonstrava as consequências decorridas do final da UAMOC, o Seminário das Missões tinha cada vez menos alunos e a tutela do monumento tinha sido transferida do Ministério das Finanças para o Ministério da Cultura. Tendo em conta estas situações percebe-se que há oportunidade de repensar que outras valências e funções poderiam ser alocadas a este monumento, para além da sua atração turística e cultural e ainda dentro de uma filosofia de utilização “doméstica” do espaço. Nesta data, o Instituto Português do Património Cultural, estuda a criação de um centro de estudos históricos sobre o renascimento e os descobrimentos que iria ficar situado nos espaços conventuais (Barbosa, 2009, p. 187).

Dois anos depois, em 1985, o Convento está a ser procurado por um outro tipo de público, que são artistas e coletividades culturais, que olham para o espaço conventual e percebem como o mesmo pode ser indicado para as suas atividades artísticas e culturais. Estas atividades acabam por serem realizadas nos espaços vazios do Seminário das Missões, sendo elas cursos universitários de Verão, estágios musicais e eventos de teatro (Barbosa, 2009, p. 187), e durante estes cursos intensivos o monumento fornece alojamento aqueles que frequentam os cursos.

Muitos espaços do Convento de Cristo podem ser reutilizados para diversas funções e atividades e não só para a visita do público, sendo uma delas a instalação de um Centro de Formação que teve início no Verão de 1984. Este centro tinha como objetivo possibilitar formação na área da arquitetura e do património e em 1987 surge um Centro de Investigação sobre a Arquitetura Ibérica do Renascimento, gerido em parceria com o IPPAR (Barbosa, 2009, p. 192). Estes projetos permitem compreender que o futuro deste monumento se centrava não só enquanto atração turística e cultural, mas também em ações que potenciavam o interesse científico e académico, bem como a área artística e que, no conjunto, permitiam o estudo e

⁷⁹ 1981a, “Já são três as associações para defesa do património em Tomar”, *Cidade de Tomar*, 08/05/1981.

conhecimento do monumento em si. Para que tal acontecesse, a condição essencial era a manutenção da sua integridade física, através da sua conservação.

4.3. Agentes no Convento

O CEPURT em 1982, estava a usar o Claustro da Lavagem do Convento de Cristo como local de depósito de alguns dos seus achados arqueológicos, que devido a estarem constantemente a serem mudados de local levou a que algumas peças ficassem num estado precário. Mas era do interesse do CEPURT de mostrar à Câmara Municipal de Tomar um estudo sobre as peças, para que lhes fosse dado um lugar próprio e de fácil acesso aos visitantes do Convento de Cristo⁸⁰.

Após as obras de recuperação a ser realizadas em 1983, o IPPC anuncia que no fim das mesmas, há a intenção de entregar a gestão do monumento à autarquia⁸¹. O Decreto-Lei n.º 318/82, de 11 de agosto, promulga a contratação de novos funcionários para vários imóveis culturais estando entre eles o Convento de Cristo. Este reforço de funcionários era necessário para se poder implementar uma política de conservação e valorização desses mesmos imóveis, sendo que se pretendia a contratação de um conservador principal, de 1.ª classe ou 2.ª classe, um jardineiro de 1.ª classe, de 2.ª classe ou de 3.ª classe, quatro guardas de museu de 1.ª classe ou de 2.ª classe, guardas de museu estagiários e dois serventes⁸². O Secretário de Estado da Cultura, numa visita a Tomar, nomeou assim para o Convento de Cristo um técnico responsável, Luís Graça⁸³.

Luís Graça, no fim do seu mandato, em outubro de 1985, propôs a nomeação de um arquiteto como conservador, após o incidente da queda da grua na entrada da Charola (Barbosa, 2009, p. 186). É então convidado para o cargo de responsável do Convento de Cristo, o Arquiteto Álvaro Barbosa⁸⁴ (Gameiro, 2024).

Houve ações de limpeza e manutenção realizadas no Convento de Cristo, sendo realizadas por pessoas dos programas ocupacionais do Instituto de Emprego, por pessoal do monumento

⁸⁰ 1982c, “Património em Perigo”, *Cidade de Tomar*, 13/08/1982.

⁸¹ 1983a, “Convento de Cristo: o decidido, o desejável e o possível”, *Cidade de Tomar*, 11/02/1983.

⁸² Decreto-lei 318/82, de 11 de agosto. *Diário da República* n.º 184/1982, Série I de 1982-08-11, 2355-2359.

⁸³ 1983c, “Secretário de Estado visita Tomar”, *Cidade de Tomar*, 27/05/1983.

⁸⁴ Álvaro José Barbosa, nasceu no Porto em 1951. É Licenciado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura de Lisboa, licenciado em Artes Plásticas pela Faculdade de Belas Artes de Lisboa e mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico pela Universidade de Évora. Em 1985 iniciou-se no ofício de conservador de monumentos no Convento de Cristo, do qual foi diretor de 1990 a 1999.

(Barbosa, 2009, pp. 186-187) e pelo Clã 12⁸⁵ do Agrupamento de Escuteiros 44 Tomar, em 1986. Em conversa com Elisabete Gameiro, um antigo membro do Clã 12, foi possível perceber que os mesmos não foram convidados a fazer as limpezas, mas que tinham um interesse tanto pelo Convento como pelo Castelo, demonstrando isso através dos nomes das suas equipas, Gualdim Pais e Hugo Martins (mestres da ordem do Templo), e que realizar esta ação de limpeza era algo importante no crescimento do Clã pois faz farte dos seus valores realizar este tipo de ações de serviço (Gameiro, 2024).

⁸⁵ Grupo de jovens pertencentes à associação Corpo Nacional de Escutas, sendo que estes têm especificamente entre os 18 e os 22 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo no início do Estado Novo em 1929, é criada a DGEMN, à qual competia a realização de obras de conservação e restauro naqueles que eram classificados como monumentos nacionais. Para tal foi ainda criada uma escola para formar técnicos dedicados apenas ao restauro dos monumentos. A salvaguarda e restauro do património durante o período do Estado Novo foi realizada não apenas para que os monumentos nacionais não se transformassem em ruínas, mas também com um objetivo de propaganda, muito importante para o regime, dos feitos que Portugal havia realizado. Monumentos arruinados significaria a degradação da memória nacional.

Uma extensa campanha de obras de restauro de monumentos realizada no período do Estado Novo, não teve continuidade, desde logo no próprio momento do regime. No caso do Convento de Cristo, os relatos de degradação no monumento, feitas pela UAMOC dão conta disso mesmo. No período final do Estado Novo, verificava-se uma divisão de competências por várias entidades e denotava-se a necessidade de haver uma única instituição, que ficasse encarregue da proteção do património, e que tivesse uma legislação que assim o refletisse (Almeida, 2012, p. 75).

No período após a revolução de 5 de abril de 1974, procurou-se resolver esta questão. Desde o momento inicial do período democrático definiu-se uma entidade responsável pela área da cultura: a Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica, mais tarde, em 1976, a Secretaria de Estado da Cultura, inserida na qual estava a Direção-Geral do Património Cultural. Nos primeiros momentos do período democrático, verificou-se na área da cultura, uma reestruturação frequente da legislação e, apesar de em 1978 o Governo Constitucional em funções ter o objetivo de efetuar mais ações que iriam levar à defesa do património, o debate sobre o mesmo não é um tema presente nos debates governamentais antes de 1980, mostrando que a cultura não era uma prioridade.

É neste contexto que se analisou o caso de estudo: o Convento de Cristo, em Tomar. No que diz respeito à sua salvaguarda do Convento de Cristo, foi possível apurar que a mesma foi possível devido à ação de agentes diversos e não apenas devido ao esforço legislador dos governos em presença. No século XIX, com a intervenção de privados como o Conde de Tomar; já no século XX, com associações dedicadas à conservação e valorização do Convento de Cristo, sendo a mais relevante do período da 1ª República, a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo; mas também outras entidades como o Seminário das Missões

Ultramarinas, que apesar de não ter sido criada para manter a conservação do Convento, foi na mesma uma entidade essencial para esse mesmo efeito, pois o facto de haverem seminaristas a habitarem o Convento obrigava aos mesmos a manterem o seu estado de conservação de forma a que pudessem continuar a habitá-lo.

Após a revolução do 25 de abril de 1974, verificou-se existir uma maior pressão sobre os processos de salvaguarda e valorização do Convento de Cristo. Esta pressão vinha por parte dos cidadãos, organizados ou não em associações, e ainda por parte dos órgãos da imprensa local que davam conta do grande interesse da população em conservar o seu património. Esta pressão dava conta do mau estado de conservação do monumento, da ausência de pessoal qualificado, sobretudo de um responsável do monumento, da falta de interesse da autarquia local, que apesar de criar comissões de turismo, pouco mais ou nada fazia pelo património, e pedia-se uma ação mais concertada e eficaz sobre o monumento. Percebe-se que a Câmara Municipal de Tomar não tomou grandes ações no que toca ao turismo no Convento de Cristo apesar de o interesse pelo mesmo estar a aumentar.

As principais alterações iniciam com o processo de candidatura do monumento à lista do Património Mundial: plano de intervenção e recuperação; contratação de pessoal qualificado, incluindo a nomeação de um conservador; disponibilização de verbas nacionais para o restauro e o início do resgate dos espaços do convento, com a saída paulatina das várias entidades que ocupavam o espaço, para que este pudesse assumir apenas uma função. Par além de atração turística e cultural, os vários projetos veem o monumento como um espaço de produção de conhecimento e de promoção artística. No fundo, apenas se começam a ver mudanças reais na conservação do Convento quando o mesmo é proposto para entrar na lista de património da humanidade da UNESCO, algo que poderá ter sido apenas uma coincidência, uma vez que, em 1982 através da Resolução n.º 224/82, de 28 de dezembro, define-se que anualmente irá ser escolhido um monumento nacional para ser recuperado, não tendo influência se o mesmo era candidato à lista da UNESCO, ou não.

FONTES

Legislação:

Decreto de 28 de maio de 1834. *Legislação Régia – 1833-1834*, 70-71.
<https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p460> acessado a: 08/01/2024.

Decreto de 16 de junho de 1910. *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

Decreto n.º 6322, de 2 de janeiro, *Diário do Governo* n.º 1/1920, série I de 1920-01-02, 1-4.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1920/01/00100/00010004.pdf> acessado a: 14/10/2024.

Decreto n.º 7600, de 20 de julho, *Diário do Governo* n.º 146/1921, série I de 1921-07-20, 969-970.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1921/07/14600/09690970.pdf> acessado a: 20/09/2024.

Lei n.º 1:941, de 11 de abril de 1936. *Diário do Governo*, Série I, n.º 84, 11-04-1936, 411-413.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1936/04/08400/04110413.pdf>, acessado a: 31/10/2023.

Lei n.º 2:032, de 11 de junho de 1949. *Diário do Governo*, Série I, n.º 125, 11-06-1949, 411.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1949/06/12500/04110411.pdf>, acessado a: 31/10/2023.

Lei n.º 13/85, de 06 de julho. *Diário da República*, Série I, n.º 153, 06-07-1985, 1865-1874.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1985/07/15300/18651874.pdf> acessado a 20/11/2023.

Decreto n.º 16:971, de 30 de abril de 1929. *Diário do Governo*, I série, n.º 97, 30-04-1929, 1055-1057.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1929/04/09700/10551057.pdf>, acessado a 11/06/2023.

Decreto n.º 20:985, de 7 de março de 1932. *Diário do Governo*, Série I, n.º 56, 7-03-1932, 431-436.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1932/03/05600/04310436.pdf>, acessado a 28/09/2023.

Decreto n.º 46 349, de 22 de maio de 1965. *Diário do Governo*, Série I, n.º 114, 22-05-1965, 711-718.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1965/05/11400/07110718.pdf>, acessado a 04/11/2023.

Decreto-Lei n.º 582/73, de 5 de novembro. *Diário do Governo*, Série I, n.º 258, 05-11-1973, 2100-2104.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1973/11/25800/21002104.pdf> acessado a 07/11/2023.

Decreto-Lei n.º 409/75, de 2 de agosto. *Diário do Governo*, Série I, n.º 177, 02-08-1975, 1078-1080.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1975/08/17700/10781080.pdf> acessado a 20/11/2023.

Decreto-Lei n.º 70/77, de 25 de fevereiro. *Diário da República*, Série I, n.º 47, 25-02-1977, 296-297. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1977/02/04700/02960297.pdf> acedido a 20/11/2023.

Decreto-Lei n.º 240/77, de 19 de agosto. *Diário da República*, Série I, n.º 191, 19-08-1977, 2005-2008. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1977/08/19100/20052008.pdf> acedido a 20/11/2023.

Decreto-Lei n.º 1/78, de 07 de janeiro. *Diário da República*, Série I, n.º 6, 07-01-1978, 19. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1978/01/00600/00190019.pdf> acedido a 20/11/2023.

Decreto-Lei n.º 59/80, de 03 de abril. *Diário da República*, Série I, n.º 79, 03-04-1980, 638-642. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1980/04/07900/06380642.pdf> acedido a: 20/11/2023.

Requerimento, de 16 de dezembro. *Diário da Assembleia da República*, Série II, n.º 31, 1981-12-18, 624. [https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/02/02/031/1981-12-18/624?q=convento%20de%20cristo&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=\[s2\]&pLegis=02](https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2/02/02/031/1981-12-18/624?q=convento%20de%20cristo&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar&pSerie=[s2]&pLegis=02) acedido a: 12/10/2024.

Decreto-lei 318/82, de 11 de agosto. *Diário da República*, Série I, n.º 184/1982, 1982-08-11, 2355-2359. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1982/08/18400/23552359.pdf> acedido a: 30/09/2024.

UNESCO, 1983 – Convent of Christ in Tomar – World Heritage List n.º 265. <https://whc.unesco.org/en/list/00265/>

Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 1 de junho. *Diário da República*, Série I-A, 1.º Suplemento, n.º 126, 01-06-1992, 28-38. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1992/06/126a01/00280038.pdf> acedido a: 20/11/2023

Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 02 de agosto. *Diário da República*, Série I, n.º 177, 02-08-1980, 1990-2009. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1980/08/17700/19902009.pdf> acedido a: 20/11/2023.

Resolução n.º 224/82, de 28 de dezembro. *Diário da República*, Série I, n.º 298, 28-12-1982, 4231-4232. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1982/12/29800/42314232.pdf> acedido a 15/08/2024.

Imprensa⁸⁶:

- 1887, “Thomar Pro Domo Nostra”, *A Verdade*, 11/04/1887.
<http://www.mdthomar.ipt.pt/?pagina=imprensa&categoria=44#> acedido a: 04/04/2024.
- 1928, “União dos Amigos da Ordem de Cristo”, *A Cidade*, 24/06/1928.
<http://www.mdthomar.ipt.pt/?pagina=imprensa&categoria=44#> acedido a: 04/04/2024.
- 1935a, “A Comissão de Turismo e a sua ação A Bem de Tomar! Ouvindo o Tenente Lacerda Machado seu Administrador Delegado”, *Cidade de Tomar*, 31/03/1935.
<http://www.mdthomar.ipt.pt/?pagina=imprensa&categoria=44#> acedido a: 04/04/2024.
- 1935b, “Arquiteto António do Couto Abreu”, *Cidade de Tomar*, 17/03/1935.
<http://www.mdthomar.ipt.pt/?pagina=imprensa&categoria=44#> acedido a: 04/04/2024.
- 1938a, “Monumentos Nacionais de Tomar”, *Cidade de Tomar*, 06/02/1938.
<http://www.mdthomar.ipt.pt/?pagina=imprensa&categoria=44#> acedido a: 04/04/2024.
- 1938b, “Ao Povo do Concelho de Tomar”, *Cidade de Tomar*, 29/05/1938.
<http://www.mdthomar.ipt.pt/?pagina=imprensa&categoria=44#> acedido a: 04/04/2024.
- 1938c, “As Ordens Militares Portuguesas e a cidade de Tomar”, *Cidade de Tomar*, 18/12/1938.
<http://www.mdthomar.ipt.pt/?pagina=imprensa&categoria=44#> acedido a: 04/04/2024.
- 1939a, *Cidade de Tomar*, 26/02/1939.
<http://www.mdthomar.ipt.pt/?pagina=imprensa&categoria=44#> acedido a: 04/04/2024.
- 1939b, “Monumentos Nacionais”, *Cidade de Tomar*, 05/03/1939.
<http://www.mdthomar.ipt.pt/?pagina=imprensa&categoria=44#> acedido a: 04/04/2024.
- 1940, *Cidade de Tomar*, 15/12/1940.
<http://www.mdthomar.ipt.pt/?pagina=imprensa&categoria=44#> acedido a: 04/04/2024.
- 1975, “Para quando um museu em Tomar?”, *Cidade de Tomar*, 06/09/1975.
- 1976, “Uma visita ao Museu Arqueológico do Convento de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 04/06/1976.
- 1977a, “A destruição dos monumentos”, *Cidade de Tomar*, 07/01/1977.
- 1977b, “Retornados continuam instalados no monumento”, *Cidade de Tomar*, 28/01/1977.
- 1977c, “Reunião dos Grupos de Arqueologia e Espeleologia de Tomar, Torres Novas, Soudos (Vila do Paço) e Entroncamento”, *Cidade de Tomar*, 11/03/1977.
- 1977d, “Diretor Geral da Cultura visitou Tomar”, *Cidade de Tomar*, 25/03/1977.
- 1977e, “O Convento, o Turismo, os Tabuleiros”, *Cidade de Tomar*, 01/07/1977.

⁸⁶ Ver Anexo A para mais detalhes.

- 1977f, “Depois de sete anos de abandono o Aqueduto dos Pegões vai voltar a ser o que era!”, *Cidade de Tomar*, 30/12/1977.
- 1980a, “Cultura e Defesa do Património”, *Cidade de Tomar*, 23/05/1980.
- 1980b, “Canto no Convento”, *Cidade de Tomar*, 30/05/1980.
- 1980c, “Informação do C.E.P.P.R.T.”, *Cidade de Tomar*, 07/11/1980.
- 1980d, “Operação Portas Abertas Castelo – Convento 1980”, *Cidade de Tomar*, 05/12/1980.
- 1980e, “Património Cultural”, *Cidade de Tomar*, 12/12/1980.
- 1981a, “Já são três as associações para defesa do património em Tomar”, *Cidade de Tomar*, 08/05/1981.
- 1981b, “Pensão – Esplanada Convento de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 08/05/1981.
- 1981c, “Pensão Convento de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 26/06/1981.
- 1981d, “Pensão Convento de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 18/09/1981.
- 1981e, “Notas e desabafos dum Tomarense”, *Cidade de Tomar*, 18/09/1981.
- 1982a, “Convento de Cristo vai ser restaurado”, *Cidade de Tomar*, 09/07/1982.
- 1982b, “Turismo em Tomar: problema adiado”, *Cidade de Tomar*, 09/07/1982.
- 1982c, “Património em Perigo”, *Cidade de Tomar*, 13/08/1982.
- 1982d, “Um plano nacional de Trabalhos Arqueológicos e defesa do Património”, *Cidade de Tomar*, 13/08/1982.
- 1982e, “O Primeiro Ministro em Tomar”, *Cidade de Tomar*, 01/10/1982.
- 1983a, “Convento de Cristo: o decidido, o desejável e o possível”, *Cidade de Tomar*, 11/02/1983.
- 1983b, “Convento de Cristo na lista dos monumentos considerados Património Mundial”, *Cidade de Tomar*, 05/05/1983.
- 1983c, “Secretário de Estado visita Tomar”, *Cidade de Tomar*, 27/05/1983.
- 1983d, “Medidas tomadas sobre Monumentos”, *Cidade de Tomar*, 24/06/1983.
- 1983e, “Espólio da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 18/11/1983.
- 1983f, “Derrocada no Convento de Cristo”, *Cidade de Tomar*, 23/12/1983.

Fontes impressas

Barreto, A. (1850). *Janella da igreja do Convento de Christo em Thomar, do lado do claustro de S.ta Barbara* [litografia]. João Pedroso, litógrafo.

Guimarães, V. (1905). *A missão de Portugal e o monumento de Thomar*. Typographia da Empresa da Historia de Portugal.

Silva, E. S. F. (1958). O Convento de Cristo: nos fins dos séc. XIX e nos princípios do séc. XX. *Separata dos Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, 3.

Sousa, J. M. C. (1943-1951). *Obras no Convento. Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*.

Visitai Tomar: Charola dos Templários [imagens]. Comissão de Iniciativa de Turismo de Tomar, 1940.

Fontes Orais

Entrevista realizada a Elisabete Gameiro, em 15 de outubro de 2024.

BIBLIOGRAFIA

- A.A.V.V. (2000). *Abóbada de Charola do Convento de Cristo. Restauro*. IPPAR.
- Almeida, A. S. F. de (2012). *Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal. Dois casos de Estudo, S. Jorge e Pombal* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/20938>
- Antunes, T. (2009). *O Aqueduto do Convento de Cristo em Tomar: bases para uma proposta de salvaguarda e valorização* [Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora]. Texto policopiado.
- Barbosa, A. (1993). Convento de Cristo: o castelo templário e o Convento de Cristo em Tomar. In Coelho, M. E. (Coord.) *Dar Futuro ao Passado*. IPPAR.
- Barbosa, A. J. (1995). *Recuperação da cerca do Convento de Cristo em Tomar* [Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora]. Texto policopiado.
- Barbosa, A. J. (2009). Habitar o Património: O caso do Convento de Cristo. *Máthesis*, 18, 177-193. https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23520/1/Mathesis18_artigo9.pdf?ln=pt-pt
- Carta de Veneza 1964: Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15). <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/334> [acedido a 10/11/2023](https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/334).
- Coelho, M. C. (1987). *A Igreja da Conceição e o claustro de Dom João III no Convento de Cristo de Tomar*. Assembleia Distrital de Santarém.
- Correia, M. B. (2007). História da Comissão Nacional Portuguesa. ICOMOS Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. www.icomos-pt.org.
- Correia, M. B. (2019). Resumo histórico da legislação sobre o património arquitetónico e arqueológico. *Pedra & Cal*, 66, 36-39.
- Costa, F. & Barbosa, R. F. (2015). Alterações construtivas no Claustro da Micha do Convento de Cristo em Tomar. *Al-Madan*, II série (19), 49-54.
- Custódio, J. (2008a). “*Renascença*” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a República [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/11082>

- Custódio, J. (2008b). “O Convento de Cristo e as Missões: na História e na 1ª República”. In J. Gamboa (coord.), *Memórias. Convento de Cristo, Seminário das Missões*.
- Delgado, J. (2010). *Vitrais da Charola do Convento de Cristo em Tomar história e caracterização* [Dissertação de Mestrado em Conservação e Restauro, Universidade Nova de Lisboa]. https://run.unl.pt/bitstream/10362/4964/1/Delgado_2010.pdf
- Dias, A. C.; Frazão, I. (Eds.) (2014). *A Charola do Convento de Cristo: história e restauro*. Direção-Geral do Património Cultural.
- Dias, P. (2002). *Manuelino. À descoberta da arte do tempo de D. Manuel I*. Editora Civilização.
- Dias, P. (2009). *A arquitectura manuelina*. Livraria Civilização Editora.
- Fabrino, R. & Duarte, A. (2022). A ampliação do conceito de Património Cultural e a Unesco. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 11 (22), 254-270. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/145610/2/592491.pdf>
- Flor, P. (2009). Notas sobre Jorge Afonso e o mestre da Charola de Tomar. *Artis: Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 7-8, pp. 73-78.
- Folgado, D. (2005). O património e os dois “ii” – integrar ou ignorar: a propósito de A Política do Património de Marc Guillaume. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol 45, 51-66.
- Frazão, I. & Afonso, L. U. (Eds.) (2016). *A Charola de Tomar Novos dados, novas interpretações 2016*. Direção-Geral do património Cultural.
- George, J. P. (2015). A Cultura. In A. C. Pinto (coord.). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010 A busca da Democracia 1960-2000* (145-191). Fundación Mapfre / Objectiva Penguin Random House.
- Gonçalves, N. S. (2001). Aspectos da mentalidade missionária na época contemporânea. *Theologia*, 36(2), 309-322. <https://doi.org/10.34632/theologica.2001.10447>
- Graça, L. (1991). *Convento de Cristo*. Elo.
- Gregório, H. I. S. (2021). *As políticas de proteção do Património Cultural no Portugal democrático. O caso da região do Algarve* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve]. Repositório da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/18131/1/APPPCPDDISSERTA%C3%87%C3%83O-HelenaGregorioPDF.pdf>
- Jana, E. (1990). *O Convento de Cristo em Tomar e as obras durante o período Filipino* [Tese de Mestrado em História da Arte, Universidade de Lisboa]. Texto policopiado.
- Jorge, V. F. (2000). Património e Identidade Nacional. *Engenharia Civil. Um*, Número 9, 2000, 5-12. https://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/Num9/Pag_5-12.pdf

- Lira, S. (2010). *Museus no Estado Novo: continuidade ou mudança?* In J. Custódio (coord.), *100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010* (187-197), IGESPAR, I.P.
- Lopes, M. T. (2017). *Perspetivas sobre o Património e Educação Patrimonial no início do Período Democrático (1974-1985)* [Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL]. Repositório do ISCTE-IUL. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15631/4/master_maria_torres_lopes.pdf
- Macedo, S. C. (2018). *Associações de defesa do património em Portugal: 1974-1997*. Caleidoscópio.
- Martins, A. C. (2013). Entre a metamorfose e a adaptação: de associação dos arquitectos civis portugueses a real associação dos arquitectos civis e arqueólogos portugueses (1863 -1896). *Arqueologia e História Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. 63-64, 15-29.
- Mendonça, I. (2004). Os restauros no Convento de Cristo em Tomar nos séculos XIX e XX: critérios de intervenção. *Separata Revista Lusíada: arqueologia, história da arte e património*, 2/4, pp. 153-178.
- Mesquita, T. (2021). *Políticas Públicas da Cultura: Estudo-Caso do Património Cultural na Administração Pública* [Dissertação de Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/23513/1/master_tomas_martins_mesquita.pdf
- Neto, M. J. (2001). *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. FAUP Publicações.
- Neto, M. J. (2010). Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964. In J. Custódio (coord.), *100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010* (157-166), IGESPAR, I.P.
- Pedreirinho, H. (2011). *A defesa do património imóvel histórico-artístico no Estado Novo: a contribuição da legislação para a definição de uma política patrimonial* [Tese de Doutoramento em História de Arte, Universidade Lusíada de Lisboa]. http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/650/1/dh_helena_pedreirinho_tese_v1.pdf
- Pereira, P. (1990). *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei: Iconologia da Arquitectura Manuelina na Grande Estremadura*. Instituto de História da Arte/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Pereira, P. (2001). *Portugal, Património Mundial - Objectos singulares, objectos universais*. Pandora.

- Pereira, P. (2003). *De Aurea Aetate. O Coro do Convento de Cristo em Tomar e a Simbólica Manuelina*. IPPAR.
- Pinto, A. C. (Coord.) (2015). As Chaves do Período 1960-2000. In A. C. Pinto (coord.). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010 A busca da Democracia 1960-2000* (19-23). Fundación Mapfre / Objectiva Penguin Random House.
- Redol, P., Seruya, A. I & Pereira, M. (2004). *A pintura da charola: Convento de Cristo Tomar*. Instituto Português da Conservação e Restauro.
- Rodrigues, R. (2017). *Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das Ordens Religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)* [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/29993/1/ulfl238854_td.pdf
- Silva, A. S. (2014). A democracia portuguesa face ao património cultural. *Revista Ciências e Técnicas do Património*, vol. XIII, 11-32.
- Silva, J. (2014). *Convento de Cristo em Tomar : uma visão sobre as intervenções realizadas no século XX* [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Universidade Lusíada]. http://dspace.lis.ulusiada.pt/bitstream/11067/2779/1/mia_joao_silva_dissertacao.pdf
- Soromenho, M. (2009). *A Arquitectura do Ciclo Filipino*. Fubu.
- Teixeira, N. S. (2015). Portugal no Mundo. In A. C. Pinto (coord.). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010 A busca da Democracia 1960-2000* (57-78). Fundación Mapfre / Objectiva Penguin Random House.
- Van Campenhoudt, L., Marquet, J. & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 1ª ed. Gradiva.
- Vicente, A. C. (2008). As semanas nacionais de estudos missionários (1962-1978). *Lusitania Sacra*, 2ª série, 19-20 (2007-2008), 307-328.
- Vieira de Sá, A. (2008). A Minha Memória do Convento. In J. Gamboa (coord.), *Memórias. Convento de Cristo, Seminário das Missões*.

ANEXOS

Anexo A

Grelha de análise das notícias utilizadas como fontes.

Legenda:

A – Fonte (tipo de fonte)

B – Data de publicação (ano)

C – Fala no Convento de Cristo?

D – Menciona estado de conservação? Principais problemas de conservação

E – Menciona a existência de gestor/conservador no Convento de Cristo? Quem são?

F – Menciona entidades de governo com responsabilidade na cultura? Quais são?

G – Menciona agentes associativos? Quais e o que fizeram?

H – Menciona trabalhos executados ou em execução? Quais?

A	B	C	D	E	F	G	H
Notícia	1887	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Notícia	1928	Sim	Sim, fala sobre a colocação de uma grade na Capela do Cruzeiro.	Não	Não	Sim, refere a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo e em como receberam 200 escudos para a conservação dos monumento de Tomar.	Não
Entrevista	1935a	Sim	Não	Não	Sim, Gomes da Silva, Diretor dos Monumentos Nacionais.	Não	Sim, a iluminação da silhueta do Castelo.
Notícia	1935b	Sim	Não	Não	Sim, António do Couto Abreu, Diretor dos Monumentos Nacionais da zona Sul e Engenheiro Gomes da Silva, Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.	Não	Sim, reparação provisória do piso do Claustro Principal; abertura de duas janelas na Torre da Rainha; demolição do muro que separa o adro da igreja e construção de um lance de

							escadas para a cerca.
Notícia	1938a	Sim	Sim, são concedidos 30000 escudos para a conservação e reparação do Convento.	Não	Sim, Ministro das Obras Públicas e Comunicações.	Não	Não
Notícia	1938b	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim, obras de reparação nos Monumentos Nacionais de Tomar que ameaçavam ruína e a criação do jardim do Convento de Cristo.
Notícia	1938c	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Notícia	1939a	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim, é concedida a verba de 91 contos para a construção e reconstrução das ameias da muralha e das torres da castelo.
Notícia	1939b	Sim	Não	Não	Sim, Ministério das Obras Públicas.	Não	Sim, obras de reparação e reintegração do monumento.
Notícia	1940	Sim	Não	Não	Sim, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	Não	Sim, obras de reconstrução das muralhas do Castelo.
Notícia	1975	Sim	Não	Não	Não	Sim, Associação Portuguesa de Museologia, realizaram um colóquio com o tema “Museus para quê?”	Não
Entrevista	1976	Sim	Não	Não	Não	Sim, União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, é feita uma entrevista sobre a origem de alguns objetos encontrados no seu museu.	Não

Notícia	1977a	Sim	Sim, estragos realizados: uma esfera de pedra partida na Cerrada dos Cães e o parapeito do miradouro foi arrancado.	Não	Não	Não	Não
Notícia	1977b	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Notícia	1977c	Não	Não	Não	Não	Sim, Grupos de Arqueologia e Espeleologia de Tomar, Torres Novas, Soudos (Vila do Paço) e Entroncamento, reuniram e criaram a Associação de Grupos de Arqueologia e Espeleologia do Centro e Oeste de Portugal.	Não
Notícia	1977d	Sim	Não	Não	Sim, Lima de Freitas, Diretor Geral da Cultura e Natália Correia, consultora da Direção da Ação Cultural.	Não	Não
Notícia	1977e	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Notícia	1977f	Sim	Não	Não	Não	Sim, Seminário das Missões, alunos limpam a vegetação que cobria o Aqueduto	Sim, a limpeza do Aqueduto.
Notícia	1980a	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Notícia	1980b	Sim	Não	Não	Não	Sim, Coral da Nabantina e Canto Firme, reuniram vários coros do país e atuaram no Convento de Cristo	Não
Notícia	1980c	Sim	Sim, debate sobre o péssimo estado de Conservação.	Não	Sim, Instituto Português do Património Cultural	Sim, Centro de Estudos e Proteção do Património da Região de Tomar, reuniram para debater o estado de conservação do Convento e decidem	Não

						organizar visitas guiadas pelo mesmo.	
Notícia	1980d	Sim	Não	Não	Não	Sim, Centro de Estudos e Proteção do Património da Região de Tomar, falam sobre como correu a iniciativa de terem realizado visitas guiadas no Convento.	Não
Notícia	1980e	Sim	Sim, refere que o património arquitetónico se está a degradar.	Não	Não	Não	Não
Notícia	1981a	Não	Não	Não	Não	Sim, Associação de Defesa do Património Cultural de Tomar, acaba de ser criada; Centro de Estudos de Proteção do Património da Região de Tomar, estão a desenvolver trabalho no campo espeleológico e arqueológico; e o Movimento dos Amigos da Terra, têm feito um contacto mais direto com os cidadãos.	Não
Notícia	1981b	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Notícia	1981c	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Notícia	1981d	Sim	Sim, fala de como é degradado pelo seu uso com “abuso”.	Não	Sim, Direção do Património Nacional	Não	Não
Notícia	1981e	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Notícia	1982a	Sim	Sim, os Paços do Infante precisam de ser reconstruídos.	Não	Sim, Conselho de Ministros	Não	Não
Notícia	1982b	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Notícia	1982c	Sim	Não	Não	Não	Sim, Centro de Estudos e Proteção do Património da Região de Tomar, guar-	Não

						davam achados arqueológicos no Claustro da Lavagem.	
Notícia	1982d	Sim	Não	Não	Sim, o Secretário de Estado da Cultura, Gomes Pinho.	Não	Não
Notícia	1982e	Sim	Não	Não	Sim, o Primeiro Ministro, Pinto Balsemão, o Ministro da Educação e os Secretários de Estado da Administração Interna.	Não	Não
Notícia	1983a	Sim	Não	Não	Sim, o Instituto Português do Património Cultural, e o Conselho de Ministros.	Não	Não
Notícia	1983b	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Notícia	1983c	Sim	Não	Sim, um técnico responsável, Luís Graça.	Sim, o Secretário de Estado da Cultura, Gomes de Pinho e o Instituto Português do Património Cultural.	Não	Sim, as obras de recuperação do Convento.
Notícia	1983d	Não	Não	Não	Sim, Mistério da Cultura e Coordenação Científica e o Instituto Português do Património Cultural.	Não	Não
Notícia	1983e	Sim	Não	Não	Sim, o Instituto Português do Património Cultural.	Sim, a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo é discutido quem detém o espólio da associação.	Não
Notícia	1983f	Sim	Sim, a queda de uma grua sobre a balaustrada sul da escadaria junto da entrada da Charola causa grandes prejuízos.	Não	Não	Não	Sim, as obras de reparação do telhado do coro alto.

Anexo B

Entrevista semiestruturada a Elisabete Gameiro, Técnica Superior do Convento de Cristo e atual Chefe de Agrupamento de Escuteiros 44 Tomar.

P: Foram efetuadas limpezas no Convento de Cristo na década de 1980 por Caminheiros do Agrupamento de Escuteiros 44 Tomar?

R: As limpezas foram em 1986, feitas pelo Clã 12.

P: Foram convidados a ir fazer essas limpezas? Se sim, por quem? Se não, com quem entraram em contacto para poderem realizar as limpezas?

R: O então responsável do Convento tinha um filho no agrupamento e também um sobrinho no clã. Foi uma questão de oportunidade para ambas as partes e surgiu muito naturalmente.

P: Porque surgiu interesse em efetuar um trabalho destes?

R: Todos nós de alguma forma tínhamos interesse pelo Convento e Castelo. As nossas equipas da altura tinham nomes como Gualdim Pais ou Hugo Martins (mestres da ordem do Templo) e também foi uma forma de conhecer e estar em locais onde o público não ia. A ação de serviço era outra vertente muito importante para o clã, até durante a realização do Templário Escuta, havia sempre lugar para desempenhar esse papel social.

P: Há relatos no jornal *Cidade de Tomar* de que pelo menos em 1981 o Convento de Cristo ainda não tinha conservador, quando passou a ter e quem era?

R: O Arquiteto Álvaro Barbosa foi convidado a ser responsável pelo convento em 1985.

P: Antes dele não havia um Diretor ou Responsável?

R: Houve alguns, como por exemplo o Dr. Luís Graça. Depois do Álvaro veio Pedro Redol, Jorge Custódio, Iria Caetano, Ana Carvalho Dias e agora Andreia Galvão.